

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
CURSO DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM EDUCAÇÃO

PRÁTICAS DE LEITURA EM CAJAZEIRAS - PB (décadas de 1930 a 1950):
memórias de ex professoras

SIMONE FORMIGA ALBUQUERQUE

João Pessoa – PB

2010

SIMONE FORMIGA ALBUQUERQUE

**PRÁTICAS DE LEITURA EM CAJAZEIRAS – PB (décadas de 1930 a 1950):
memórias de ex - professoras**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

Área de Concentração: Educação

Linha de Pesquisa: História da Educação

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lúcia da Silva Nunes

**João Pessoa
2010**

A345p *Albuquerque, Simone Formiga.*
 Práticas de leitura em Cajazeiras – PB (1930 a 1950):
 memórias de ex-professoras / .Simone Formiga Albuquerque.
 João Pessoa, 2010.
 77f.
 Orientadora: Maria Lúcia da Silva Nunes
 Dissertação (Mestrado) – UFPB/CE
 1. Leitura. 2. Práticas de leitura. 3. História oral. 4. Memó-
 rias – ex-professoras – Cajazeiras-PB.

UFPB/BC

CDU: 372.41(043)

SIMONE FORMIGA ALBUQUERQUE

PRÁTICAS DE LEITURA EM CAJAZEIRAS – PB (décadas de 1930 a 1950):

memórias de ex – professoras

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I.

Dissertação defendida em ____/____/2010

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Maria Lúcia da Silva Nunes
Orientadora – PPGE/ CE/ UFPB

Prof^a Dra. Mauricéia Ananias
Examinador interno – PPGE/CE/ UFPB

Prof^a Maria Claurenia Abreu de Andrade Silveira
Examinador externo – PROLING/ UFPB

DEDICATÓRIA

A meus pais, Valdeci (in memorian) e Salete

A meus avós maternos, Brígida (in memorian) e
Francisco (in memorian).

A meu marido, Raimundo.

Aos meus filhos Larissa e Davi.

Aos meus irmãos Sônia, Solange, Valtônio e Valter.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, mestre supremo, cuja força divina e sabedoria me guiou nos momentos de insegurança e cansaço.

À orientadora professora doutora Maria Lúcia da Silva Nunes pela dedicação, competência e paciência oferecendo sugestões e bibliografias que muito contribuíram para o enriquecimento desta pesquisa.

Pela leitura atenta e preciosa da professora Dr^a Mauricéia Ananias que durante o exame de qualificação muito contribuiu com sugestões e esclarecimentos.

À professora Dr^a. Maria Claurenia Abreu de Andrade Silveira que conheci no momento do exame de qualificação, pela leitura atenta e minuciosa.

Às professoras Francisca, Ilma e Elita que colaboraram com esta pesquisa pela acolhida e disponibilidade.

Ao professor José Antônio de Albuquerque pela indicação de bibliografias e textos.

Aos diretores das escolas mencionadas nesta pesquisa por terem disponibilizado documentos e fotos que muito enriqueceram esta dissertação.

A todos os professores do Mestrado Interinstitucional do Programa de Pós-Graduação em Educação.

Aos colegas de Mestrado em Educação com os quais compartilhei momentos de estudo e de conhecimento.

Finalmente, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo caracterizar práticas de leitura em Cajazeiras no período compreendido entre 1930 a 1950. Para alcançar o intuito proposto, a pesquisa está fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural e adota como metodologia fundamental a história oral. Assim, por meio de entrevistas realizadas com três professoras aposentadas, procurou-se revelar suas memórias sobre a questão da leitura. A partir da interpretação das narrativas das professoras surgiram informações relevantes sobre seus modos de leitura, que materiais de leitura elas liam e o significado da leitura para as professoras. Finalmente, esta investigação valendo-se do campo da memória e de pesquisa documental e bibliográfica constitui-se numa tentativa de contribuir para a escrita da história da leitura em Cajazeiras.

Palavras-chave: Práticas de leitura. Cajazeiras. História Oral. Memórias. Professoras.

ABSTRACT

The following dissertation aims to characterize the practices of reading in Cajazeiras in the period from 1930 a 1950. To be able to achieve the proposed aim, the reserach is supported on the theoretical-methodological perspective of New Cultural History and adopts as essential methodology the oral history. Therefore, through interviews with three retired teachers, this work tried to reveal their memories on the subject reading. From the interpretation of teacher's narratives emerged relevant informations about the teacher's reading ways, reading materials they read and the meaning of reading to the teachers. Finally, this investigation inserted in the field of memory and the documentary research and literature constitutes an attempt to contribute to the writing of reading history in Cajazeiras.

Key words Practices of reading. Cajazeiras. Oral History. Memories. Teachers.

SUMÁRIO

1 Os primeiros passos da pesquisa.....	13
2 Percurso teórico - metodológico.....	16
2.1 Nova História Cultural.....	16
2.2 A história oral como metodologia.....	18
2.3 História da Educação e História da Leitura.....	21
2.4 Memória como fonte de pesquisa.....	26
3 História da Educação em Cajazeiras.....	30
3.1 Cajazeiras: a Educação nas trilhas da história da cidade.....	30
3.2 Os grupos escolares em Cajazeiras.....	34
3.3 O ensino profissionalizante em Cajazeiras.....	41
4 História e Memórias de Professoras Cajazeirenses.....	48
4.1 Biografias das professoras entrevistadas.....	48
4.2 Narrativas das professoras entrevistadas.....	54
4.2.1 A escola na infância e as recordações da alfabetização.....	54
4.2.2 O ambiente familiar e a questão da leitura.....	58
4.2.3 A escola e a leitura na adolescência.....	61
4.2.4 Formação docente: leitura e currículo.....	68
4.2.5 O papel e o espaço que a leitura ocupa hoje na sua vida.....	70
5 Considerações Finais.....	73
Referências.....	75
Apêndice.....	78
Anexos.....	81

APÊNDICE

Apêndice A: Roteiro da entrevista com as professoras.....	79
--	-----------

ANEXOS

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....82

Anexo B: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês
(antigo Grupo Escolar Mons. João Milanês).....84

Anexo C: Histórico da Escola Estadual de ensino Fundamental Dom Moisés Coelho
(antigo Grupo Escolar Dom Moisés Coelho).....86

Anexo D: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mons.
Constantino Vieira (antiga Escola Técnica de Comércio).....91

Anexo E: Lei 434 de 13/11/1916 – Equiparação do Colégio Padre Rolim à Escola
Normal do Estado.....95

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01 – Antigo Ginásio Escola Normal Padre Rolim.....	33
Foto 02 – Colégio Nossa Senhora de Lourdes.....	33
Foto 03 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês (antigo Grupo Escolar Mons. João Milanês).....	36
Foto 04 – Grupo Escolar Dom Moisés Coelho em 1951.....	37
Foto 05 – Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho.....	38
Foto 06 – Escola Técnica de Comércio Mons. Constantino Vieira.....	39
Foto 07 – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mons. Constantino Vieira.....	40
Imagem 01 – Certificado de Curso de Contabilidade – turma de 1957.....	40
Imagem 02 – Ata de colação da primeira turma de professoras do Curso Normal de 1922 da Escola Normal Padre Rolim.....	43
Foto 08 – Colação de grau do Curso Normal de 1946.....	48
Foto 09 – 1ª Turma do Curso Pedagógico de 1952.....	50
Imagem 03 – Diploma de Curso Pedagógico – turma de 1952.....	51
Foto 10 – Professora Lozinha Meira com suas alunas da 4ª série.....	52
Imagem 04 – Capa da Cartilha do Povo – 116ª edição.....	58
Foto 11 – Capa do livro Latinidade (Latim) da 2ª série ginásial.....	61
Foto 12 – Capa do livro Mon Livre de Français (Francês) da 1ª série ginásial.....	61
Foto 13 – Página do livro Latinidade.....	63
Foto 14 – Página ilustrativa do programa de Francês da 1ª série ginásial do livro Mon Livre de Français.....	64
Imagem 05 – Capa do livro Vingança Não.....	70

1- Os primeiros passos da Pesquisa

O interesse em iniciar uma pesquisa relacionada à temática da leitura vem pautado na questão pessoal, visto que a leitura perpassou todas as fases de minha vida. Assim, ao concluir o 2º grau (hoje Ensino Médio), escolhi conscientemente como curso superior ingressar numa Licenciatura em Letras que me fez mergulhar ainda mais no universo da leitura.

Decorridos dezoito anos da conclusão de minha graduação, em 2008, surge a oportunidade de dar continuidade aos meus estudos. Nesse sentido, em junho de 2008, concorri para a seleção do Mestrado em Educação da UFPB. Naquele momento, apresentei um projeto de pesquisa na linha de Processo Ensino – Aprendizagem com o título Leitura e Escrita no Ensino Fundamental II de Cajazeiras: o que revelam os discursos e as práticas, que buscava fazer um estudo sobre as dificuldades de aquisição de leitura, ou seja, a dificuldade que os alunos do Ensino Fundamental II apresentam quanto à compreensão e elaboração de textos.

Entretanto, após análise, o projeto foi inserido na linha de História da Educação, necessitando de uma nova configuração. Assim, neste novo contexto, embora ainda mantenha a temática relacionada à leitura, a pesquisa em questão apresenta como objeto de estudo traçar um perfil da história da leitura em Cajazeiras no período que abrange as décadas de 1930 a 1950, através das memórias de professoras. O recorte temporal foi determinado tendo em vista ser esse período em que as entrevistadas vivenciaram infância ou parte dela, adolescência e formação docente inicial.

Os sujeitos da pesquisa são três professoras aposentadas que optaram em se identificarem com seus nomes verdadeiros. São elas: Francisca - 80 (oitenta anos), Elita - 74 (setenta e quatro anos) e Ilma - 67 (sessenta e sete anos). Todas nasceram em Cajazeiras onde ensinaram em escolas públicas e apresentam envolvimento com a leitura. Por meio das entrevistas cedidas por estas colaboradoras, foi possível desvelar suas memórias com relação às práticas de leitura vivenciadas por elas na escola e em casa. No momento das entrevistas, as professoras consentiram com a entrevista e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A).

A pesquisa tem como objetivo geral caracterizar práticas de leitura no período já definido e como objetivos específicos identificar modos de ler e materiais de leitura, bem como revelar memórias de ex-professoras a fim de conhecer o que pensam sobre

leitura, seus modos de ler e qual significado elas atribuíam e ainda atribuem à leitura no seu cotidiano e na sua formação docente.

Para alcançar estes objetivos, a pesquisa encontra suporte teórico-metodológico na Nova História Cultural fundamentada na metodologia da história oral, mais especificamente, na história oral temática uma vez que o tema leitura foi definido a priori na elaboração do projeto e necessita de entrevistas para atingir o objetivo proposto. Utiliza como fonte de pesquisa o campo da memória.

Esta investigação está organizada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, como introdução, intitulado **OS PRIMEIROS PASSOS DA PESQUISA** apresenta-se os objetivos da pesquisa, quem são os sujeitos deste estudo e a orientação metodológica escolhida.

No segundo capítulo que tem como título **PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO**, o objetivo é detalhar com clareza o referencial teórico dividindo-se em quatro tópicos quais sejam: a) **Nova História Cultural** que vai tratar da origem, do conceito da história cultural e dos objetos que ela estuda; b) **A história oral como metodologia**, no qual se busca entender o conceito de história oral, o seu surgimento e desenvolvimento tanto em outros países como no Brasil; c) **História da Educação e História da Leitura** vai abordar a História da Educação como disciplina e campo de pesquisa, enfocando o seu desenvolvimento, sobretudo, no Brasil bem como tratar de se entender o que é História da leitura e, finalmente, d) **Memória como fonte de pesquisa** que está fundamentada em teóricos que tratam da questão da memória.

O terceiro capítulo intitulado **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CAJAZEIRAS** está dividido em três tópicos, a saber: **Cajazeiras: a Educação nas trilhas da História da cidade** objetiva apresentar informações sobre a história educacional de Cajazeiras a partir das origens do surgimento da cidade; **Os Grupos escolares em Cajazeiras** aborda inicialmente, em linhas gerais, os antecedentes do processo de criação e funcionamento dos grupos escolares paraibanos para, em seguida, relatar a criação dos grupos escolares na cidade de Cajazeiras no período de 1930 a 1950 e **O ensino profissionalizante em Cajazeiras** retrata, inicialmente, um breve histórico da educação profissional no Brasil para, em seguida, situar a criação das escolas normais e das escolas técnicas de comércio bem como a implantação do curso normal e do curso de contabilidade nestes estabelecimentos de ensino em Cajazeiras.

O quarto e último capítulo, nomeado de **HISTÓRIA E MEMÓRIAS DE LEITURA DE PROFESSORAS CAJAZEIRENSES** é composto de narrativas com o

objetivo de compreender os percursos de leitura realizados pelas professoras selecionadas seus modos de ler, que materiais de leitura eram lidos e a importância da leitura ao longo da vida e da formação docente. Está dividido em duas partes: a primeira constitui-se da biografia das professoras e a segunda que está subdividida em cinco categorias: **A escola na infância e as recordações da alfabetização; O ambiente familiar e a questão da leitura; A escola e a leitura na adolescência; Formação docente: leitura e currículo e O papel e o espaço que a leitura ocupa hoje na sua vida** apresenta as memórias de leitura das professoras através de suas narrativas. Nesse ponto faz necessário chamar atenção para o aspecto da contemporaneidade no último item das narrativas que está inserido dentro desse trabalho visto que o recorte temporal ainda não havia sido definido no momento em que a entrevista foi realizada.

Para a execução dessa dissertação foi necessário construir o corpus documental através de uma vasta pesquisa bibliográfica de obras de autores renomados como Abreu (1999), Burke (1997, 2008), Thompson (2002), Delgado (2006), Chartier (1988, 2009), Lopes & Galvão (2001), Meihy & Holanda (2007), Alberti (2006), Stephanou & Bastos (2005), Lajolo & Zilberman (2009), Pinheiro (2002), Nora (1993), Halbwachs, (2006), Nunes (2003), Melo (1996) e Tanuri (2000) que constituíram a fundamentação teórica dos segundos e terceiros capítulos bem como referendaram as narrativas das professoras entrevistadas. Entretanto, na revisão de literatura, que diz respeito sobre a história da educação em Cajazeiras poucas obras foram encontradas, como por exemplo, os livros – **O educador dos Sertões: vida e obra de Padre Rolim** do historiador Deusdedit Leitão e **Padre Mestre Inácio Rolim: Um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim** escrito por Padre Heliodoro Pires, os quais retratam a vida e a obra educacional desse importante sacerdote cajazeirense que em, 1843, fundou o Colégio Padre Rolim – primeiro estabelecimento de ensino de todo o sertão em torno do qual se desenvolveu a cidade de Cajazeiras.

Por outro lado, no que concerne à temática da história da leitura, mais precisamente sobre práticas de leitura em Cajazeiras, nenhuma obra foi encontrada. Dessa forma, este trabalho visa contribuir para a escrita da história da leitura em Cajazeiras além de servir como fonte de pesquisa para outros interessados em escrever sobre a temática da leitura.

Além das fontes documentais e bibliográficas, a pesquisa também se vale do uso das fontes orais por meio de narrativas coletadas através de entrevista semi-estruturada que seguiu um roteiro básico para todas as entrevistadas (Apêndice A).

2 - O Percurso Teórico – Metodológico

2.1 - Nova História Cultural

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as práticas de leitura em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950 e necessita do aporte teórico da Nova História Cultural, uma vez que práticas é um dos paradigmas da NHC que tem despertado o interesse de pesquisadores que se ocupam da leitura enquanto prática cultural.

A História Cultural tem sua origem associada à Escola dos *Annales* que surge em 1929, na França a partir da publicação da Revista *Annales d' Histoire Économique et Sociale* por Lucien Febvre e March Bloch. Esse movimento contrapõe - se ao paradigma da historiografia tradicional que estava centrada nos grandes feitos dos grandes homens. Assim, a Nova História passa a interessar - se pela história dos homens comuns, preocupando - se com os aspectos econômicos sociais e culturais da sociedade.

Lucien Febvre e March Bloch ao fundarem a revista dos *Annales* contribuíram para um importante diversificar historiográfico visto que o objetivo principal da revista era servir como instrumento de ampliação da perspectiva histórica, ao aproximar-se de outras Ciências Sociais, bem como incentivar a ampliação de novas fontes e abordagens temáticas.

Peter Burke (1997) distingue três gerações dentro desse movimento da Escola dos *Annales*.

A primeira geração é liderada por Lucien Febvre e March Bloch e tem como diretriz substituir a história tradicional, narrativa de acontecimentos por uma história social e econômica.

Sucedendo à primeira geração da Escola dos *Annales*, temos a segunda, na qual merece destaque Fernand Braudel que deixa de lado a história das mentalidades e passa a dedicar - se a história demográfica. A obra de Braudel domina o panorama historiográfico até a metade dos anos 60.

No período compreendido entre o final da década de 60 e início dos anos 70, destaca - se a terceira geração da Escola dos *Annales*, visto que é marcante o interesse dos historiadores por temas outrora raríssimos como: crianças, família, morte, loucura, delinquência, mulheres, sexualidade e outros. É o período dominado pelo estudo de temas ligados à cultura.

No campo de estudos da História Cultural, merece atenção o historiador Roger Chartier cujas obras abrangem tanto pesquisas com temas voltados á cultura

popular quanto á história do livro e das práticas de escrita e leitura. Para Chartier (1988, p.16 -17), a História Cultural é importante para: “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada dada a ler[...]”.

Na esteira dessa nova visão sobre história, mais especificamente a respeito da denominação Nova História Cultural, Burke (2008, p.69) afirma:

[...] a palavra “nova” serve para distinguir a NHC – como a Nouvelle histoire francesa da década de 1970, com a qual as duas abordagens têm muito em comum – das formas mais antigas já discutidas anteriormente. A palavra “cultural” distingue- a da história intelectual, sugerindo uma ênfase em mentalidades, suposições e sentimentos e não em idéias ou sistemas de pensamentos [...]

Conforme Burke (2008, p.15), a história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Há mais de duzentos anos, já era praticada na Alemanha com esse nome. Anteriormente a isso, existiam histórias separadas da filosofia, pintura, literatura, química, linguagem, e assim por diante. Os primeiros estudos sobre a história da cultura humana remontam ao final do século XVIII, por volta de 1780.

A denominação “nova história cultural”, abreviada por Burke de “NHC”, começa a ser usada no final da década de 1980 pelos historiadores culturais e traz em seu arcabouço um novo “paradigma”, ou seja, estudar as práticas cotidianas das pessoas comuns, procurando contemplar questões que envolvessem o sentir, o pensar e o agir dessas pessoas. Assim, a Nova História Cultural passou a enfatizar a história dos pequenos que, segundo Chartier (1988, p.14), surgiu da

emergência de novos objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc.

Nessa perspectiva, através da Nova História Cultural, que permite a abertura para abordar novas fontes, possibilitando o desvelamento de novos objetos e sujeitos no processo histórico cultural, esta pesquisa traz à tona a memória de professoras através de suas narrativas buscando caracterizar práticas de leitura em Cajazeiras nas

décadas de 1930 a 1950 numa tentativa de contribuir para a escrita da história da leitura em Cajazeiras.

2.2 – A história oral como metodologia

Esta pesquisa está fundamentada na perspectiva teórico-metodológica da Nova História Cultural que como já foi mencionado, permite o alargamento dos tipos e das utilizações das fontes não mais restritas aos documentos oficiais. Assim, com a possibilidade de ampliação de novas fontes, a pesquisa em foco adota como metodologia fundamental a história oral, através das narrativas das professoras selecionadas por meio de entrevistas semi-estruturadas as quais vão permitir revelar as memórias destas professoras sobre a questão da leitura

Segundo Alberti (2006, p.155), história oral é:

[...] uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente [...].

Conforme Meihy (2007), a história oral se constitui em três gêneros distintos: a) história oral de vida, b) história oral temática e c) tradição oral. Essas três formas possuem como eixo central as narrações com pessoas, de maneira individualizada ou em grupos, que se dispõem como colaboradoras, informantes e narradoras.

Na história oral de vida, o depoente narra sobre a própria vida, por isso, sua característica principal é a subjetividade.

A tradição oral se constitui no relato de manifestações culturais como histórias, provérbios, cantigas de roda, cantigas de ninar, nos modos de falar entre outros transmitidos de geração a geração remetendo a um passado longínquo.

A história oral temática, metodologia escolhida para esta pesquisa, preocupa-se com temas específicos. Assim, o sujeito ao contar a sua versão, reconstitui sua vivência, memória e representação sobre o tema estudado, que no caso em questão, é a leitura.

Para Meihy (2007, p.40)

Pretende-se mesmo considerando que ela é narrativa de um fato, que a história oral temática busque a variante considerada legítima de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma variante que seja discutível ou contestatória.

Essa modalidade metodológica foi escolhida, pois se acredita que ela possibilita investigar as experiências e a trajetória construída pelas professoras ao longo de suas vidas com relação à leitura.

A História Oral tem seu início nos Estados Unidos, na década de 1940, após a segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1948, com o *Columbia University Oral History Research Office* – Programa de História Oral da Universidade de Columbia fundado por Allan Nevis e Louis Starr, em Nova York, cujo objetivo era reunir material baseado em entrevistas com personalidades públicas que se destacaram na vida política, econômica e cultural do país.

Na década de 1960, tornam - se freqüentes as “entrevistas de história de vida”, a chamada História oral “militante” em que os pesquisadores identificam nessa nova metodologia uma solução para “dar voz” às minorias possibilitando a existência de uma história dos excluídos, ou seja, uma História “vinda de baixo”.

Nesse contexto, Paul Thompson vai aparecer com mais ênfase no meio acadêmico com sua obra **A Voz do Passado: história oral**, na qual ele aborda a importância do uso das fontes orais como registro histórico. Segundo Thompson (2002, p. 137), “a evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma História que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira”.

Para Thompson a História oral como método de pesquisa, possibilita o encontro direto entre o sujeito que investiga e o objeto investigado. Nesse sentido, ele afirma:

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isto alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. [...] Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. [...] E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história. (THOMPSON, 2002, p.44).

Fica claro então que a história oral compromete - se com aqueles que até bem pouco tempo estavam silenciados pela história oficial.

Nos anos 70, surgem algumas tentativas de sistematização da História oral. Nas palavras de Alberti (2006, p. 159), “[...] Grosso modo, pode-se dizer que lentamente ela foi passando de “militante” a “acadêmica”. Nesse intuito, em 1973, surgem a *Oral History Review*, publicada pela *Oral History Association* (OHA) que foi fundada em 1966, bem como a revista *Oral History*, da *Oral History Society* britânica.

Ainda na década de 70, pesquisadores da Europa e dos Estados Unidos começam a se reunir em encontros internacionais. O primeiro aconteceu em 1978, em Essex, na Grã-Bretanha.

Na metade da década de 1970, mais especificamente em 1975, a História Oral se iniciou no Brasil. No período de 7 de julho a 1º de agosto desse mesmo ano, se realizou o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDCS).

Em consequência desse curso, ainda em 1975, teve início a realização das primeiras entrevistas do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas. Nesse mesmo ano, surgiu também, o Laboratório de História Oral do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Com a chegada dos anos 80, o movimento de História Oral experimentou um processo de consolidação. No ano de 1988, o Instituto Mora, na cidade do México, foi sede do I Encontro de Historiadores Orais de América Latina e Espanha. Participaram do evento cerca de cinquenta pesquisadores, oriundos da Argentina, Brasil, Costa Rica, El Salvador, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Peru, Porto Rico, Uruguai e Venezuela, além, é claro, do próprio México.

No Brasil, durante a década de 1980, a formação de núcleos de pesquisa e programas de História Oral versando sobre diferentes objetos e temas de estudo, contribuíram para o desenvolvimento e consolidação da História Oral em nosso país.

Nos anos de 1990, esse crescimento continuou devido à intensa participação de pesquisadores e instituições em encontros acadêmicos. Nesse sentido, em 1993, foi realizado o I Encontro Nacional de História Oral sediado em São Paulo que contou com a participação de 123 pesquisadores e no qual apresentaram - se 25 trabalhos. Em abril de 1994, aconteceu o II Encontro Nacional de História Oral, realizado no Rio de Janeiro, ocasião na qual foi criada a Associação Brasileira de História Oral (ABO) que através da

promoção regular de encontros regionais e nacionais tem contribuído para o intercâmbio e a difusão de pesquisas em História Oral no Brasil. Nesse II Encontro, inscreveram - se 250 pesquisadores de diferentes estados do país com a apresentação de sessenta trabalhos.

Na esfera internacional, os anos de 1990, igualmente representaram um avanço para a História oral. Em 1996, a criação da *International Oral History Association* (IOHA) representou um marco importante. Sua criação aconteceu durante o IX Congresso Internacional de História Oral, realizado na Suécia.

Atualmente, a História Oral está disseminada e consolidada no Brasil e no mundo. Tal realidade se deve ao fato do crescimento bastante acentuado do público que vem frequentando os encontros regionais, nacionais e internacionais, bem como da produção de obras de autores consagrados e de dissertações e teses relativas a essa temática.

A importância da metodologia da História oral está atrelada, também, ao seu caráter interdisciplinar, visto que possibilita o diálogo com outras disciplinas como a Antropologia, a Sociologia, a Literatura, a Ciência Política e outras áreas do conhecimento.

A esse respeito, Alberti (2006, p.164) afirma: “O fato de uma pesquisa de História Oral ser interdisciplinar por excelência constitui, pois, mais um fator que favorece hoje sua aceitação por parte de historiadores e cientistas sociais”.

A História oral, como caminho, para a produção do conhecimento histórico, traz em si o tempo passado pesquisado, traçando os tempos percorridos pela trajetória do entrevistado e o tempo presente o qual orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador para a elaboração do roteiro do depoimento como as respostas às indagações que surgem durante o ato da entrevista.

Nesse sentido, a História Oral é uma produção especializada de documentos e fontes, que no caso desta pesquisa, visa contribuir para identificar práticas de leitura (modos de ler), os materiais lidos e os espaços de leitura em Cajazeiras no período compreendido entre 1930 a 1950.

2. 3 - História da Educação e História da Leitura

A História da Educação, como disciplina, nasce no final do século XIX, nas Escolas Normais e nos cursos de formação de professores.

No Brasil, a História da Educação está associada à Escola Normal e também aos cursos de Pedagogia das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. A partir de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal estabelece que no currículo deveria ser ministrada a disciplina de História da Educação que ficou por muito tempo restrita à História Geral da Educação. Somente na década de 70, a disciplina específica de História da Educação Brasileira passa a integrar sistematicamente os currículos dos cursos de formação de professores.

Entre 1950 e 1960 começa a se configurar um campo de pesquisas em História da Educação, com a realização de levantamento de fontes, bem como surgem associações científicas, eventos e periódicos que se tornam espaços para discussão da produção no campo da História da Educação. Nesse sentido, merecem destaque no Brasil, o Grupo de Trabalho de História da Educação da ANPED (Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, criada em 1978), o grupo de estudos e pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR) criado em 1991 e a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) criada desde 1999. Além desses grupos de pesquisas e associações, destacam-se, também, os inúmeros congressos nacionais e internacionais e os periódicos especializados na área tais como a Revista História da Educação (1996), a Revista Brasileira de História da Educação (2001), os Cadernos de História da Educação (2002) e a Revista Eletrônica do HISTEDBR (2000).

Para Stephanou & Bastos (2005, p.427), “o campo de pesquisa em História da Educação é multifacetado e pluridisciplinar”, uma vez que engloba vários temas e objetos de pesquisa como, por exemplo: história do ensino, história do livro e da leitura, história da criança, história da educação das mulheres, história da adolescência ou dos jovens, história das disciplinas escolares, dentre tantos outros.

Dentre estes objetos relacionados acima, esta pesquisa insere-se no campo da História da Leitura, tendo como recorte espacial a cidade de Cajazeiras/PB, especificamente nas décadas de 1930 a 1950.

A história da leitura tem sido um ramo de estudo bastante eferescente no âmbito das pesquisas em História da Educação e pode ser compreendida como a história das práticas de leitura, esta entendida como um fenômeno social e cultural. A esse respeito Darnton (1992, p. 203) esclarece:

[...] os historiadores do livro [...] Tendo estudado a leitura como fenômeno social, podem responder muitas das perguntas de

“quem”, “o que”, “onde” e “quando”, o que pode ser de grande ajuda na abordagem dos mais difíceis ‘porquês’ e “comos”.

É por meio de estudos sobre a história da leitura que se pode traçar as práticas de leitura nos mais diversos momentos da humanidade. Nas palavras de Darnton (2009, p. 167):

Entre 1500 e 1750, a leitura na Europa ocidental é intensiva. Lêem –se poucas obras – a Bíblia, alguns livros de devoção, o almanaque, a Biblioteca azul – mas são lidos repetidamente.[...] Pelo fim do século XVIII, entre as pessoas instruídas, os “burgueses” [...] existe toda uma outra leitura. Lê – se muito, principalmente romances e jornais, os preferidos nos gabinetes de leitura na Alemanha no século XVIII. São lidos rapidamente, para distrair, uma única vez – depois são abandonados ou deixados para a diversão de outros leitores. É uma leitura mais ampla, porém mais superficial, em uma palavra, extensiva. [...].

Como uma das formas mais populares da história das práticas, a história da leitura busca compreender a reação do leitor perante o texto, qual o significado que o leitor faz do conteúdo a que ele tem acesso, os seus modos de ler e suas práticas cotidianas de leitura. Nesse sentido, Roger Chartier (2009) caracteriza a mudança relacionada ao estilo de leitura pela passagem da leitura intensiva para a leitura extensiva. Conforme Chartier (2009, p.85): “[...] da Alemanha na segunda metade do século XVIII e da Nova Inglaterra na primeira metade do século XIX, constata a passagem de uma leitura dita intensiva ou “tradicional literacy” a uma outra, dita extensiva”.

Surgem, então, dois tipos de leitores: o leitor intensivo que apóia sua prática de leitura em textos que são lidos e relidos em voz alta, memorizados e recitados para si e para os outros; e o leitor extensivo que procura ler textos numerosos e diversificados, lidos em “uma relação de intimidade, silenciosa e individualmente” (CHARTIER, 2009, p.86).

A história da leitura pode ser compreendida como a história das possibilidades de ler. Para tanto, conforme apontam Lopes & Galvão (2001, p.56 -58) as pesquisas que se tem realizado sobre esse tema, têm focalizado os três principais momentos relacionados ao ato de ler: a produção, a circulação e as apropriações dos materiais de leitura.

A produção dos materiais de leitura tem sido um dos ramos mais estudados através de pesquisas que investigam os objetos de leitura, tanto os mais clássicos quanto os mais populares.

Quanto à circulação dos objetos de leitura, os estudos se propõem a investigar as diferentes maneiras como os materiais escritos eram disponibilizados aos leitores bem como o papel das instituições exclusivamente destinadas à circulação do material escrito, como livrarias, bibliotecas (inclusive as escolares) e os gabinetes de leitura.

Investigar os modos de ler dos leitores em diferentes épocas e sociedades permite compreender as apropriações feitas dos materiais de leitura, ou seja, em que contexto e com que funções a leitura era utilizada.

No Brasil, a história da leitura é marcada, desde os tempos mais remotos, por muitos entraves, entre eles a extrema carência de livros, pois até a metade do século XIX, os livros de leitura praticamente não existiam em nossas escolas. A base para o ensino e a prática da leitura eram os textos manuscritos como documentos de cartório e cartas. Também, a Constituição do Império, o Código Criminal e a Bíblia eram usados como manuais de leitura nas escolas.

Até 1808, não havia imprensa no Brasil, o que dificultava a disseminação de práticas de leitura intensas e consistentes. Essa situação só começou a mudar a partir de 1808 com a implantação da Imprensa Régia criada por D. João para publicar seus atos e proclamações.

A esse respeito, Luís Gonçalves dos Santos (*apud* LAJOLO & ZIBERMAN, 2009, p. 123 -124) declara:

O Brasil até o feliz dia 13 de maio de 1808 não conhecia o que era tipografia: foi necessário que a brilhante face do Príncipe Regente Nosso Senhor, bem como o refulgente sol, viesse vivificar este país, não só quanto à sua agricultura, comércio e indústria, mas também quanto às artes, e ciências, dissipando as trevas da ignorância, cujas negras e medonhas nuvens cobriam todo o Brasil, e interceptavam as luzes da sabedoria. Assim, por decreto datado deste mesmo dia dos seus felizes anos, Sua Alteza Real foi servido mandar que se estabelecesse nesta Corte a Impressão Régia, para nela se imprimirem exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do real serviço, e também todas, e quaisquer obras, concedendo a faculdade a seus administradores para admitirem aprendizes de compositor,

impressor, batedor, abridor, e demais ofícios que lhe sejam pertencentes.

A Impressão Régia no Brasil, criada por D. João, funcionou, de início, na condição de monopólio estatal, deixando como marca forte a atuação da censura governamental.

A rigidez da censura, também, provocou o retardo das práticas de leitura no Brasil. Tal situação só mudou a partir de 1821, devido a Constituição imposta a D. João, após a Revolução do Porto, abolindo-se a censura e eliminando o monopólio estatal, tornando possível o funcionamento de outras tipografias que entravam em concorrência com a Imprensa Nacional. Surgem, então, várias tipografias como a Imprensa do Diário, a Oficina de Silva Porto & C., a Tipografia de Santos e Sousa e a Tipografia de Inocêncio Francisco Torres & Costa. (LAJOLO & ZIBERMAN, 2009, p125 -126).

Conforme Lajolo & Zilberman (2009), com o fim da censura e do monopólio estatal sobre a Imprensa Régia, houve um crescimento das oportunidades de leitura a partir do aumento dos negócios de imprensa e de livros, através da fundação de várias tipografias. Assim, a partir de 1821 surge uma indústria lucrativa – a do livro didático¹. A esse respeito, Lajolo & Zilberman (2009, p.127-128) comentam:

[...] embora atrasado, o estabelecimento de prelos não é menos moderno, ao se acoplar, já na primeira hora, ao surgimento de uma indústria específica e, virtualmente, bastante rendosa, a do livro didático [...].

O objetivo dessa indústria era fornecer material para as instituições superiores (Real Academia Militar, Academia Naval, Escolas de Medicina e Cirurgia) instaladas em nosso país por iniciativa de D. João. A preocupação de D. João com a criação dessas instituições se deve ao fato de que o monarca tinha receio de que os estudantes da colônia ao saírem para estudar em países estrangeiros, voltassem com idéias subversivas à ordem do governo colonial.

Nesse sentido, considerando a importância da leitura na sociedade, principalmente quanto ao seu caráter histórico, esta pesquisa busca caracterizar práticas

¹ Apesar das autoras Lajolo e Zilberman usarem a terminologia livro didático se referindo ao Império, essa denominação só vai ser oficializada em 1938, com a instituição do Decreto-lei 1006 de 30 de dezembro de 1938, no Governo de Getúlio Vargas. Essa legislação estabeleceu a produção, importação e utilização do livro didático.

de leitura na cidade de Cajazeiras, na Paraíba, acreditando que os modos de ler, os espaços e os momentos em que se realizam a leitura, os livros lidos, dentre tantos outros aspectos, podem expressar sobre a vida e a cultura de um povo em determinada região.

2.4 – Memória como fonte de pesquisa

Esta pesquisa utiliza como fonte os estudos da memória através da história oral, mais especificamente com a entrevista gravada com o intuito de revelar as memórias de professoras a fim de conhecer o que pensam sobre leitura, seus modos de ler e qual significado elas atribuíam e ainda atribuem à leitura no seu cotidiano para, desse modo, caracterizar as práticas de leitura em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950.

A relação entre história e memória tem provocado grandes discussões teóricas dentre várias gerações de especialistas que debatem sobre as fronteiras que unem uma à outra. Nesse sentido, pode-se destacar dois importantes nomes: o sociólogo francês Maurice Halbwachs, e o historiador francês Pierre Nora.

Na primeira metade do século XX, mais precisamente em 1950, Maurice Halbwachs em sua obra *A memória coletiva*, já destacava a diferença entre as duas palavras. Para ele, a memória coletiva ou social não pode se confundir com a história, pois conforme seu entendimento, a história começa exatamente onde a memória acaba e a memória de uma sequencia de acontecimentos acaba quando não tem mais como suporte um grupo, ou seja, a memória é sempre vivida, física ou afetivamente e ao desaparecer o grupo, a única maneira de salvar as lembranças dos fatos que para os grupos existentes são exteriores (HALBWACHS, 2006, p. 101)

é fixá-los por escrito em uma narrativa, pois os escritos permanecem, enquanto as palavras e os pensamentos morrem. Se a condição necessária para que exista a memória é que o sujeito que lembra, indivíduo ou grupo, tenha a sensação de que ela remonta a lembranças de um movimento contínuo, como poderia a história ser uma memória, se há uma interrupção entre a sociedade que lê essa história e os grupos de testemunhas ou atores, outrora, de acontecimentos que nela são relatados?

Maurice Halbwachs (2006, p.69) também trabalha em sua obra o conceito de memória coletiva e individual sobre o qual ele diz:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes [...].

Nesse mesmo fio condutor, Halbwachs afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, visto que todas as lembranças se constituem no interior de um grupo. Segundo ele, as idéias, reflexões, sentimentos e paixões que atribuímos a nós, na verdade, são constituídas no grupo. Assim, Halbwachs (2006, p, 72) afirma:

[...] Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as idéias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente.

Explicitando o sentido dessa afirmação, compreende-se, portanto, que a lembrança é sempre fruto de um processo coletivo e está inserida num contexto social preciso.

Nesta mesma direção, Pierre Nora, em um estudo desenvolvido em 1984, intitulado *Entre Memória e História: a problemática dos lugares*, também realiza a distinção entre memória e história. Este artigo foi publicado no Brasil em 1993, e, nele, o autor afirma que a memória pode ser representada pela vida, pois é conduzida por grupos vivos. De acordo com Nora (1993, p.09):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos, e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências de repentinas revitalizações.

Por outro lado, para este autor, a história é registro, distanciamento, problematização, crítica, reflexão. Assim, Nora (1993, p. 09) afirma:

A história é reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado.

Com relação à diferenciação entre história e memória, Paul Thompson (1998, p.17 apud SANTOS, 2009, p.32)) informa que:

[...] A memória pode dizer o vivido, o que ainda está presente no grupo, enquanto a história trabalha e constrói uma representação de fatos distantes, ou até mesmo, onde ou quando se encerra a possibilidade de encontrar testemunhas daquelas lembranças.

Ainda, na esteira dessa discussão, ao considerar a memória como fonte para a pesquisa, Nunes (2003, p.15) afirma que existe uma resistência por parte dos historiadores em “[...] considerar as memórias como documentos localizados na cabeça das pessoas e não nos arquivos públicos [...]”. Dessa forma, os historiadores tendem a considerar a memória como um texto, como objeto desprovido de qualquer sentimento ou emoção. Para a autora, a memória não é simples objeto. Ela declara que:

[...] São experiências vividas interiormente, o que as distinguem do conhecimento. Se o conhecimento só nos pertence de forma contingente, as memórias são indissolivelmente nossas, fazem parte de nós e nos constituem [...]. (NUNES, 2003, p.15).

Referendando essa citação anterior, pode-se afirmar que a memória possibilita uma viagem através do tempo, visto que por meio das narrativas de suas lembranças, o narrador traz à tona momentos de vivências da sua infância e adolescência, revelando emoções e sentimentos. Nas palavras de Delgado (2006, p. 16) quanto às questões temporais: “no processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual (vida privada – roteiro biográfico) e do tempo coletivo (social, nacional, internacional)”.

Diante do exposto, compreende-se que a memória como fonte de pesquisa possibilita escrever a história de uma dada região. Assim, neste trabalho, por meio do

desvelamento de memórias das professoras selecionadas busca-se caracterizar práticas de leitura em Cajazeiras.

3- História da Educação em Cajazeiras

3. 1 – Cajazeiras: a educação nas trilhas da história da cidade

Em meados do século XVIII, iniciava-se o povoamento de Cajazeiras devido à chegada aos sertões do Rio do Peixe do sesmeiro Francisco Gomes de Brito que se instalou próximo à Lagoa de São Francisco, em terras que adquiriu por sesmaria em 23 de novembro de 1754, onde anos mais tarde, foi fundada a fazenda de Vital de Sousa Rolim que deu origem à cidade de Cajazeiras.²

Vital de Sousa Rolim recebeu essas terras como dote do seu casamento com Ana Francisca de Albuquerque, filha de Luísa Maria do Espírito Santo e de Luís Gomes de Albuquerque, grande proprietário de terras na época.

Após o casamento, Vital Rolim se instalou no sítio Serrote, propriedade de seu sogro. Ali, conforme explica o historiador Deusdedit Leitão, fixou residência por cinco anos, “cuidando dos trabalhos agrícolas que lhe proporcionavam recursos de que carecia para se fixar como proprietário da gleba que recebera de seus sogros, como dote de casamento” (LEITÃO, 1991. p.28).

Da união de Vital de Sousa Rolim e Ana Francisca de Albuquerque nasceram dez filhos, entre eles Inácio de Sousa Rolim nascido a 22 de agosto de 1800 o qual se tornaria padre e uma das principais figuras na educação da cidade.

Em 1800, com o nascimento do Padre Rolim, Vital e Ana foram residir no sítio das Cajazeiras onde ergueram uma casa num terreno que fazia ligeira ondulação. Nesse local, dava - se início à povoação que começou a se formar em suas vizinhanças.

Cajazeiras recebeu esse nome porque nos arredores onde foi construída a casa e fundada a fazenda de Vital Rolim, havia um tipo de árvore, a *cajazeira*, em abundante número. Padre Heliodoro Pires (1991, p.59) descreve, assim, o surgimento de Cajazeiras:

[...] Havia muitas cajazeiras no baixio que se acha na mesma zona. Quem deu este nome de Cajazeiras foi Vital de Sousa Rolim. Quando o mesmo veio estabelecer-se neste local, não havia

² As informações apresentadas neste capítulo sobre o surgimento da cidade de Cajazeiras ligada à sua história educacional estão baseadas nas seguintes obras: **O educador dos Sertões: vida e obra de Padre Inácio de Souza Rolim** do historiador Deusdedit Leitão, **Padre Mestre Inácio Rolim: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim** de autoria do Padre Heliodoro Pires e **Livro do Município de Cajazeiras**.

caminho. Uma manhã saiu Vital com a foicinha, fazendo penosamente uma picada através da mata cerrada, até chegar a um lugar onde o terreno fazia ligeira ondulação. Aí considerou que já estava muito longe do Serrote e disse: 'Aqui já posso fazer minha casa'. Roçou o trecho e tratou da construção de sua moradia. [...] Assim começou Cajazeiras.

A origem da História da Educação em Cajazeiras está ligada à figura do Padre Inácio de Sousa Rolim que em 1829, dava início às atividades da Escolinha da Serraria (local de onde se extraía a madeira usada pelos cajazeirenses para a construção de suas casas). Era uma casinha que abrigava meia dúzia de alunos.

Segundo informações colhidas pelo Padre Heliodoro Pires – primeiro biógrafo de Padre Rolim, este além da casinha, construiu, também, um pequeno açude que deu origem ao reservatório de água existente na cidade conhecido como Açude Grande que foi ampliado na proporção que tem atualmente, sendo inaugurado a 16 de abril de 1916.

Embora as instalações da escolinha fossem modestas, ela ia crescendo em número de alunos que chegavam de localidades vizinhas, conforme declara Leitão (1991, p. 50)

[...] De localidades vizinhas foram aparecendo os que procuravam os ensinamentos daquele Padre Mestre, egresso do grande centro educacional que era o Seminário de Olinda para se internar nos sertões do Rio do Peixe, como se tivesse uma missão a cumprir.

Com o crescente número de alunos que procuravam a Escolinha da Serraria, o Padre Rolim teve a preocupação de instalá-la em um prédio mais adequado que oferecesse melhores condições de ensino aos alunos. Assim, em 1836, transferiu sua escola para um prédio de alvenaria em Cajazeiras próximo ao local em que ele e sua mãe Ana Francisca (Mãe Aninha) construíram a capela que dedicaram a Nossa Senhora da Piedade, atual, Matriz de Nossa Senhora de Fátima. Nascia, então, a Escola de Cajazeiras, denominação citada pelo historiador Deusdedit Leitão em sua obra O educador dos Sertões: vida e obra de Padre Inácio de Souza Rolim

Ainda que o prédio construído fosse de pequenas proporções, ia aumentando com a matrícula de novos alunos, conforme relata o historiador Celso Mariz (1985, p.93): “[...] A sua casa de ensino se fazia à proporção que chegavam os discípulos. Cada aluno esperava por seu teto, embora já encontrasse o seu livro”.

Após quinze anos das atividades realizadas nas escolas da Serraria e de Cajazeiras, o Padre Rolim resolveu transformar o seu estabelecimento de ensino em colégio de instrução secundária, conforme autorizado pelo Presidente da Província. O colégio começou a funcionar em 1843 e em torno dele desenvolveu-se a cidade de Cajazeiras. Recebeu o nome de Colégio Padre Rolim, atraindo estudantes de outros estados vizinhos como Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão. Para esse educandário afluíram jovens que alcançaram projeção no cenário nacional e local como médicos, juristas, sacerdotes, e homens de letras. Entre estes se destacam: Padre Cícero Romão Batista, o historiador Irineu Jofilly, o Cardeal Joaquim Arco Verde, os médicos Luís José Correia de Sá e Higino Rolim, o Desembargador José Peregrino, o jurista Dr. Aprígio de Sá, os Padres Manuel Mariano de Albuquerque e José Tomás de Albuquerque.

Com a preocupação de ministrar também educação para meninas, Padre Rolim criou uma escola particular para o sexo feminino em 1858. Era um anexo do já destacado Colégio Padre Rolim. Em 16 de agosto de 1858, o Presidente Beurepaire Rohan concedeu a autorização à professora Vitória dos Santos Rolim de Albuquerque para instalar uma aula particular do ensino primário do sexo feminino, dando a Cajazeiras a primazia dessa atividade no magistério das primeiras letras, em toda a Província, fato este que levou o político Alcides Carneiro a proferir a famosa afirmação: “Cajazeiras ensinou a Paraíba a ler”.

O Colégio Padre Rolim recebeu, também, outras denominações advindas de sua evolução educacional. Em 1916 foi equiparado à Escola Normal do Estado e em 1918, com a implantação do Curso Normal passou a denominar-se Escola Normal Padre Rolim. A partir de 1946, obtendo equiparação federal começou a manter o curso ginasial. Mediante o decreto nº 96653/45 obteve por meio da portaria nº 5 de 7 de junho de 1947, a autorização para funcionar como Ginásio recebendo a denominação de Ginásio Escola Normal Padre Rolim. Igualmente, o Decreto-lei nº 152 de 24 de março de 1949 concedeu-lhe a outorga de mandato para ministrar o Curso Colegial Normal (pedagógico) que começou a funcionar em 1951, recebendo, então, o nome de Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes. Finalmente, em 1964, passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora de Lourdes, denominação que vigora até os dias atuais.

Abaixo, têm-se as fotografias do Ginásio Escola Normal Padre Rolim na década de 20 e do Colégio Nossa Senhora de Lourdes na atualidade.

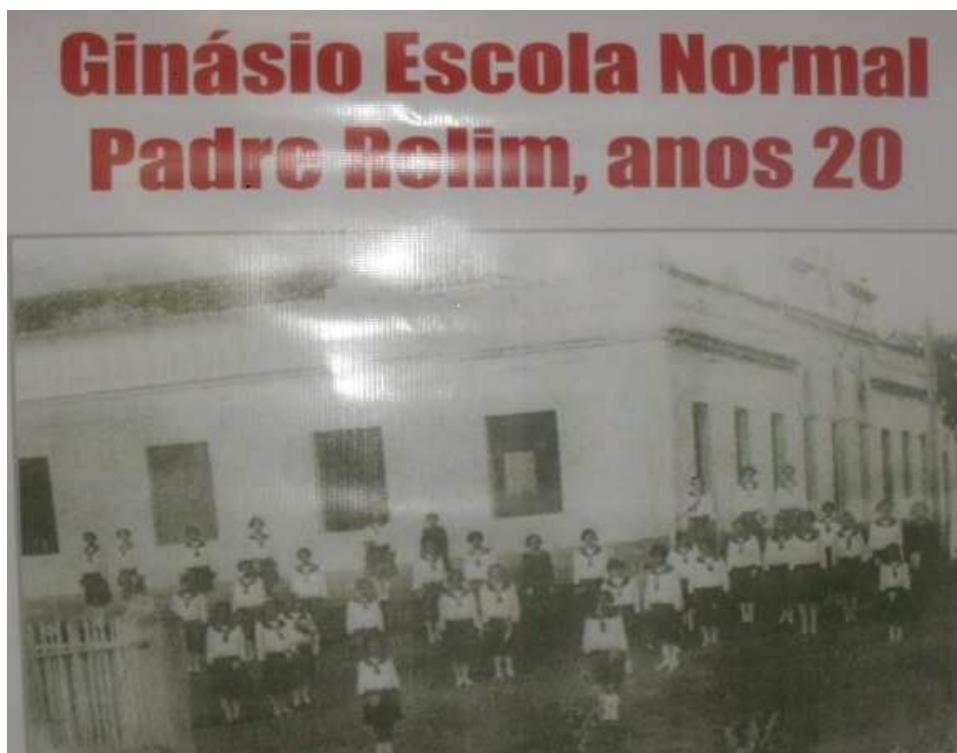


Foto 01: Antigo Ginásio Escola Normal Padre Rolim
(atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes).

Fonte: Banner pertencente ao CNSL, cedido pela Direção do Colégio



Foto 02: Colégio Nossa Senhora de Lourdes

Fonte: Banner pertencente ao CNSL, cedido pela Direção do Colégio

Na metade do século dezenove, a obra educacional de Padre Rolim já repercutia em toda a região sertaneja e ao redor do colégio, foi crescendo o lugarejo com grande progresso que, em menos de cinquenta anos, passou de simples povoação

à condição de vila, sede de comarca e cidade, o que lhe garantiu, nos anos setenta, do século XIX o destaque do maior e mais desenvolvido centro urbano do sertão paraibano. Apesar de sua importância para a educação do século XIX, o Colégio Padre Rolim desde sua fundação foi marcado por sucessivos momentos de encerramentos e reaberturas. O primeiro momento de encerramento de suas atividades aconteceu devido à seca de 1877 que perdurou por três anos até 1879 trazendo graves consequências para a instrução da Província da Paraíba. Em 1882, o Colégio Padre Rolim retoma novamente suas atividades. Porém, pouco antes da morte de Padre Rolim em 1899, o Colégio mais uma vez encerrava suas atividades, mantendo-se fechado até 1914, quando Dom Moisés Coelho foi nomeado Bispo de Cajazeiras. Ao tomar posse em 1915, D. Moisés Coelho reabriu o tradicional Colégio Padre Rolim criando uma seção feminina para formação de professoras primárias. Era o marco inicial da Escola Normal de Cajazeiras.

Em 23 de novembro de 1863, o Presidente da Província da Paraíba do Norte, Francisco Araújo Lima sancionou a Lei nº 92, que criava a vila de Cajazeiras. Foi instalada oficialmente em 20 de junho de 1864, e o primeiro presidente da Câmara Municipal foi o Padre José Tomaz de Albuquerque. Mediante a Lei 616, é elevada a categoria de cidade, em 10 de julho de 1876.

Dando continuidade sobre a história da educação em Cajazeiras, o tópico a seguir traz informações acerca de como ocorreu o processo de criação dos grupos escolares em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950, abordando inicialmente, em linhas gerais, os antecedentes desse processo também na Paraíba.

3. 2 – Grupos Escolares em Cajazeiras

Após a realização da entrevista com a professora Francisca que mencionou ter estudado e ensinado no Grupo Escolar Monsenhor João Milanês faz-se necessário estruturar um tópico sobre a criação dos grupos escolares em Cajazeiras que funcionaram nos anos de 1930 e 1950. Antes, porém, é importante abordar resumidamente os antecedentes desse processo também na Paraíba. Esse processo se corporificou na Reforma da Instrução Primária do Estado da Paraíba sancionada no governo do Dr. Francisco Camilo de Holanda, através do decreto nº 873, de 21 de dezembro de 1917, que instituía a criação dos grupos escolares, estabelecendo a fusão das escolas isoladas em escolas reunidas ou em grupos escolares.

Embora o modelo dos grupos escolares tenha se configurado como uma nova organização do ensino primário mediante a aprovação da Reforma Camilo de Holanda em 1917, a intenção de se criar essa nova organização escolar na Paraíba, data do ano de 1908, conforme declara Pinheiro (2002, p. 127):

No caso do estado da Paraíba, [...] a idéia de criar grupos escolares como instituição autônoma remonta a 1908, quando o presidente do estado, em mensagem enviada à Assembléia legislativa, ressaltou a necessidade de realizar uma reforma na instrução pública, apontando a importância de criação de grupos escolares para a “moderna educação”.

Segundo Pinheiro (2002), com a inauguração do primeiro grupo escolar, Thomaz Mindello em 1916, a Paraíba principia o lento processo de substituição das cadeiras isoladas – disciplinas isoladas que eram ministradas nas residências do professores ou em prédios alugados pelo governo do Estado - por outro modelo de organização escolar, iniciando a era dos grupos escolares.

Conforme a historiografia da educação brasileira, os anos de 1930 podem ser considerados como a década que provocou profundas reformas no setor educacional brasileiro. A expansão dos grupos escolares inicia-se em 1930 quando os idealizadores da Escola Nova defendem a extensão da educação pública. Na Paraíba, entre os anos de 1930 até 1940 foram construídos aproximadamente, setenta grupos escolares, principalmente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. A esse respeito Pinheiro (2002, p, 182) declara:

Durante o período que se inicia em 1930 e se estende até o final da década de 1940, a oferta desse tipo de instituição escolar aumentou significativamente: o estado chegou a criar, aproximadamente, 70 novas unidades em vários bairros pobres de cidades mais importantes (João Pessoa e Campina Grande, por exemplo) e em pequenas e médias cidades do interior.

No contexto político-educacional paraibano, de inspiração republicana, os grupos escolares foram criados como um novo espaço escolar público, estrategicamente, pensado como política pública nacional a ser difundido em todo o país por meio de um modelo de educação a ser adotada com vistas à promoção do desenvolvimento social e da modernização das cidades.

Nesse sentido, os grupos escolares representavam a unificação de várias salas de aula em um único prédio, arquitetonicamente construído a fim de atender aos princípios higiênicos e pedagógicos redefinidos no novo projeto de educação. Os grupos escolares foram organizados como espaço para alocar os alunos em salas de aula, separados por séries e por faixa etária tendo uma única professora responsável por dirigir e instruir simultaneamente vários alunos de uma mesma série que realizam os mesmos trabalhos ao mesmo tempo.

É nesse contexto de expansão dos grupos escolares que a cidade de Cajazeiras, na década de 1930, é contemplada com a criação de um grupo escolar. Criado pelo Decreto nº 369, de 09 de março de 1933, por intermédio do interventor Gratuliano de Brito, o Grupo Escolar Monsenhor João Milanês foi instalado à Praça Dom Aauto s/n, no Centro de Cajazeiras, onde permanece até hoje (Anexo B). Segue abaixo a fotografia do antigo Grupo Escolar João Milanês (atual Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês).



Foto 03: Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês (antigo Grupo Escolar Mons. João Milanês).

Fonte: Foto cedida por Heloísa Moreira aluna do Mestrado em Educação PPGE/UFPB

Desde então, o Grupo Escolar Monsenhor João Milanês passou a ministrar o ensino primário que perdurou até o ano de 2002, quando começou a funcionar a segunda fase do ensino fundamental ocasionando a mudança do nome deste estabelecimento para Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor João Milanês, funcionando no turno da manhã com turmas do 5º ao 9º ano e no turno da tarde com turmas do 6º ao 9º ano.

Vale destacar que apesar de ter adquirido essa nova denominação, a escola mantém em seu frontispício o antigo nome de Grupo Escolar Monsenhor João Milanês.

É uma escola de pequeno porte composta de sala de entrada, 01(um) hall, secretaria, sala de computadores, 02(dois) banheiros, 01 (uma) cantina, pátios de entrada e saída e 06 (seis) sala de aula.

Na década de 1950, é criado outro colégio público em Cajazeiras, o Grupo Escolar Dom Moisés Coêlho. Sua construção tem início no governo de Osvaldo Trigueiro e é concluída na administração do governador José Targino, em 1950, sendo fundado em 21 de janeiro de 1951. Após a sua fundação, o Grupo Escolar Dom Moisés Coêlho inicia suas atividades escolares com turmas de 1ª a 4ª séries (Anexo C). A fotografia abaixo retrata o Grupo Escolar Dom Moisés Coelho na década de 1950.



Foto 04: Grupo Escolar Dom Moisés Coêlho em 1951.

Fonte: Foto cedida pela Direção da Escola.

Em 1978, por meio do Decreto nº 7.571/78 essa escola é autorizada a ministrar a 2ª fase do 1º Grau, inicialmente, com turmas de 5ª e 6ª séries passando a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Dom Moisés Coêlho. No ano de 1980, cola grau a 1ª turma concluinte da 8ª série deste estabelecimento de ensino. Na fotografia da página seguinte, há o registro da atual Escola Estadual de 1º Grau Dom Moisés Coêlho.



Foto 05: Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho

Fonte: Foto cedida pela Direção da Escola

Observando-se as duas fotografias vê-se que, na parte externa, houve pouca alteração, quanto à estrutura física da Escola Estadual Dom Moisés Coêlho. Destaque para a passarela coberta e para a quadra de esportes igualmente coberta.

Outro estabelecimento de ensino importante fundado na década de 1950, em Cajazeiras foi a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira fundada no dia 2 de dezembro de 1951. (Anexo D). Seus idealizadores e fundadores foram Dr. Otacílio Jurema, na época prefeito municipal e o professor Afonso Pereira da Silva. Começou a funcionar em março de 1952 ofertando o curso técnico em Contabilidade o qual durou até o ano de 2000. Essa escola, inicialmente, começou a ser mantida financeiramente pelas mensalidades dos alunos. Funcionou no antigo prédio da sede dos Correios e Telégrafos. O primeiro corpo gestor dessa Escola foi constituído pelos professores: Dr. Manuel Ferreira de Andrade Júnior – Diretor, Dr. Cristiano Cartaxo – Vice-Diretor e professor José Pereira de Sousa – Secretário. Na página seguinte, tem-se a fotografia da Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira no ano de 1950.



Foto 06: Escola Técnica do Comércio na década de 50.

Fonte: Fonte cedida pela Direção da Escola Estadual Mons. Constantino Vieira.

A Escola Técnica de Comércio funcionava pautada nos cursos de 1º e 2º ciclos de acordo com o estabelecido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário – Decreto-Lei nº 4.244/42 que dividia o ensino secundário em dois ciclos: o primeiro era o curso ginasial e o segundo compreendia dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico. Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 4024/61, que estabelecia a divisão do ensino em dois ciclos: o ginasial e o colegial que abrangia cursos técnicos entre os quais o curso comercial, a Escola Técnica do Comércio passou à denominação de Colégio Comercial Monsenhor Constantino Vieira.

Em 23 de fevereiro de 1966, por meio da Lei nº 387, na gestão do prefeito Francisco Matias Rolim, o Colégio Comercial passou por um processo de municipalização permitindo que estudantes das classes menos favorecidas economicamente pudessem ali, adentrar. Por conta dessa municipalização, recebeu a denominação de Colégio Comercial Municipal Monsenhor Constantino Vieira.

Mediante o Decreto nº 13.819 de 8 de janeiro de 1991, o Colégio Comercial tornou - se um estabelecimento de ensino estadual, passando a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira conforme atesta a fotografia nº 07 que se encontra na página seguinte.



Foto 07: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Mons. Constantino Vieira

Fonte: Foto cedida por Helóisa Moreira, aluna do Mestrado em Educação do PPGE/UFP

Na Escola Técnica do Comércio as professoras Elita e Ilma, na década de 1950 fizeram o Curso Técnico em Contabilidade que funcionava no período noturno. Elita concluiu o referido curso em 1957 e Ilma em 1959. A seguir tem-se o registro do certificado de conclusão do Curso de Contabilidade de Elita enquanto aluna.



Imagem 01: Certificado do Curso de Contabilidade de Elita Braga em 1957.

Fonte: Arquivo pessoal de Elita Braga.

3.3 – O ensino profissionalizante em Cajazeiras

No decorrer da pesquisa desta dissertação vieram à baila informações importantes sobre as professoras entrevistadas no que se refere a sua profissionalização. Francisca formou-se professora primária no Curso Normal da Escola Normal Padre, Rolim, no ano de 1946.

Por outro lado, Elita e Ilma fizeram-se professoras primárias no Curso Pedagógico do Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes tendo concluído o referido curso em 1952 e 1959 respectivamente. É mister, esclarecer que estas duas professoras agregaram, também, a sua formação o curso técnico em Contabilidade o qual cursaram na Escola Técnica de Comércio na década de 1950.

Assim, neste contexto faz-se necessário um breve histórico sobre o ensino profissional no Brasil, chamando atenção para a questão da criação das Escolas Normais e das Escolas Técnicas de Comércio bem como a implantação do Curso Normal e do Curso Técnico em Contabilidade nesses estabelecimentos de ensino na cidade de Cajazeiras.

No ano de 1835, em Niterói, na província do Rio de Janeiro, foi criada a primeira escola normal no Brasil cujo objetivo era formar docentes para atuarem no magistério de ensino primário.

Nos anos seguintes, outras províncias também enveredaram pela experiência de criação de escolas normais: em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, em 1846; em Pernambuco e no Piauí em 1864 (ambas instaladas em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872; no Espírito Santo, em 1873; no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874; no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884); no Mato Grosso, em 1874; em Goiás, em 1882 (instalada em 1884); na Paraíba, em 1884 (instalada em 1885). (TANURI, 2000, p.64-65).

Sobre a criação da Escola Normal na Paraíba Melo (1996, p.62- 63) informa:

Desde muitos anos a instalação de uma Escola Normal vinha sendo o principal assunto dos presidentes da Província quando falavam sobre Instrução Pública. [...] Felizmente, o grande passo beneficiário

do ensino foi dado com a Lei número 30 de 30 de junho de 1884, criando a primeira Escola Normal da Paraíba. Ao Presidente, Dr. Antônio Sabino do Monte, coube o assinalado serviço de instalá-la solenemente, a 7 de abril de 1885.

No sertão, havia o mesmo interesse na criação de uma Escola Normal, entretanto essa preocupação foi expressa somente em 1914, pelo Presidente Castro Pinto que em mensagem à Assembléia Legislativa falou do difícil problema da fixação de professores diplomados no interior do Estado, e apontava como solução mais indicada, a criação de uma Escola Normal no alto sertão.

Unindo-se a essa preocupação, em Cajazeiras, já no ano de 1915, Dom Moisés Coelho, 1º Bispo de Cajazeiras, ao reabrir o Colégio Padre Rolim que ficou fechado por muitos anos, criou uma seção feminina junto ao renomado colégio para professoras primárias. Essa iniciativa de Dom Moisés Coelho foi o embrião da Escola Normal de Cajazeiras, instalada em 1918

Em 1916, o Deputado Padre Joaquim Cirilo de Sá encaminhava a Assembléia Legislativa um projeto de lei de sua autoria dando ao Presidente do Estado a autorização para equiparar o Colégio Padre Rolim à Escola Normal do Estado. O projeto, convertido em Lei sob o nº 454³, foi sancionada a 13 de novembro de 1916, pelo então Presidente Dr. Francisco Camilo de Holanda. A partir dessa data, fundava-se a Escola Normal em Cajazeiras (Anexo E). A equiparação definitiva à Escola Normal do Estado ocorreu por meio do Decreto nº 1.108 de 21 de fevereiro de 1921, no governo de Sólon de Lucena.

A instalação definitiva da Escola Normal aconteceu em 03 de março de 1918, quando da implantação do Curso Normal conforme menciona Cunha (2000, p.25): “Cajazeiras, 3 de março de 1918 – É instalado, solenemente, o Curso Normal do Colégio Padre Rolim”. A partir dessa data, o Colégio Padre Rolim passou a denominar-se Escola Normal Padre Rolim cuja direção foi confiada ao Monsenhor Constantino Vieira da Costa. Nessa época o Curso Normal instalado tinha duração de 4 anos.

A primeira turma concluinte de professoras do Curso Normal foi diplomada em 19 de março de 1922 e era composta de seis alunos, três do sexo masculino e três do sexo feminino conforme pode ser comprovado na ata de colação.

³ Esta lei aparece, nos anexos, deste trabalho como Lei 434, conforme consta no livro Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

AS PROFESSORAS

1922

Ata da colação de diplomas aos professores da Escola Normal de Cajazeiras, em 1922 – primeira turma

Aos dezanove dias do mês de março de mil novecentos e vinte e dois, neste Colégio Padre Rolim, equiparado à Escola Normal oficial deste Estado, pelas treze horas do dia, em um dos salões de honra deste Estabelecimento de educação primária e secundária, presente o Excelentíssimo Senhor Bispo Diocesano, D. Moisés Coelho, todo corpo docente, o Fiscal do Governo e as famílias gradas desta cidade, realizou-se a solene distribuição de diplomas aos alunos que concluíram o seu curso no corrente ano. Na hora designada, estando o salão devidamente preparado e repleto de povo, entraram os novos professores acompanhados de seus paraninfos geral e particular. Os alunos que terminaram o curso e receberam diplomas de professores no corrente ano foram os seguintes:

- 1- Abdias Rosa e Silva
- 2- Aline Cartaxo Rolim
- 3- Francelino de Alencar Neves
- 4- Oscarina de Assis Coelho
- 5- Rosa Tavares de Melo
- 6- Severino Ramalho Loureiro

O paraninfo geral da turma foi o Farmacêutico Cristiano Cartaxo Rolim, professor catedrático de física, química e higiene, sendo seus paraninfos particulares os senhores: Dr. Joaquim Victor Jurema, Engenheiro José Francisco Coelho Sobrinho, Dr. Acácio Coelho, Pe. Adonias Vilar, Coronel Joaquim Gonçalves Matos Rolim e professor Hildebrando Leal.

Depois de feita a chamada das novas educadoras, o Reverendo Conego Constantino Vicira, diretor deste Educandário proferiu uma breve alocução concernente aquela festividade que pela primeira vez se realizou nesta terra do Pe. Rolim. Exaltando o nome do Exm^o Sr. Dr. Camilo de Holanda que com a ilustrada

Assembleia estadual levava a efeito a equiparação deste colégio, à Escola Normal da Paraíba. Seguiu-se a cerimônia da distribuição de diplomas que, terminada, teve a palavra o paraninfo da turma que sugestionou o numeroso auditório por espaço de quarenta minutos, sendo calorosamente aplaudido. Por outro lado, ouviu-se a voz fluente do representante da turma, Abdias Rosa e Silva, agradecendo aos seus queridos mestres, às famílias que se dignaram aceitar o convite e abrilhantar a festa. Em ultimo lugar, fala o Senhor Bispo Diocesano, como presidente de honra que num gesto expressivo da sua palavra autorizada, prendeu a atenção dos presentes. Sua Excelência, não só externou a sua satisfação como também, aproveitou o ensejo para levar ao conhecimento de todos a deliberação que tomara na inclusão de alunos gratuitos deste Colégio; em razão do argumento da subvenção da Escola, graças a benevolência do Excelentíssimo Senhor Doutor Solon de Lucena, DD Presidente do Estado. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão. Para constar, lavrei esta ata que assino Eu Raimundo Sizenando Coelho, Secretário, a escrevi. O Diretor Cnego Constantino Vieira da Costa.

(*) Como se encontra na ata que acabo de transcrever, *ipsis litteris* Fala-se em Severino Ramos Loureiro, ou Severino Lopes Loureiro.

Imagem 02: Ata de colação da primeira turma de professoras da Escola Normal de Cajazeiras (1922).

Fonte: Livro Colégio Nossa Senhora de Lourdes – autor: João Rolim da Cunha.

O Colégio Padre Rolim como estabelecimento de ensino secundário funcionou até 1919, só para instrução masculina. Entretanto, após a equiparação, recebendo a denominação de Escola Normal, foi destinado, definitivamente, à educação da juventude feminina. A seção masculina foi transferida para o prédio onde funcionou por muitos anos, o Colégio Diocesano Padre Rolim no qual, atualmente, se encontra instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC).

Conforme Tanuri (2000), o ensino normal sofreu a primeira regulamentação com o Decreto-lei nº 8530 de 02 de janeiro de 1946- Lei Orgânica do Ensino Normal integrando o conjunto das Leis Orgânica do Ensino instituído pelo ministro Gustavo Capanema. Esse decreto estabelecia que o ensino normal fosse ministrado em dois ciclos: o primeiro fornecia o curso de regentes de ensino primário e correspondia ao ciclo ginásial do curso secundário, com duração de quatro anos e funcionaria nas Escolas Normais Regionais e, o segundo ciclo com duração de três anos que correspondia ao ciclo colegial do curso secundário, formaria os professores primários e seria ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação.

Com relação à divisão do curso normal em ciclos é necessário esclarecer que conforme Martins(s/d, p.4) menciona, o curso de primeiro ciclo⁴:

[...] Era um curso de curta duração, de nível ginásial, para suprir a carência de regiões, principalmente rurais, que possuíam uma quantidade significativa de professores sem formação para o magistério. Após o primário, o candidato a regente de ensino primário deveria cumprir um curso de quatro anos no qual predominavam disciplinas de caráter propedêutico como: português, matemática, geografia, história geral e do Brasil e ciências naturais. Apenas na quarta série estudava-se algumas disciplinas com conteúdo pedagógico como pedagogia, didática e prática de ensino [...].

Ainda com relação ao Decreto-lei 8530, este definia a estrutura dos cursos do 1º ciclo e do 2º ciclos do ensino normal. Os cursos de regentes de ensino primário compunham-se das seguintes disciplinas: Português (1ª, 2ª, 3ª, 4ª), Matemática (1ª, 2ª, 3ª), Geografia geral (1ª), Geografia do Brasil (2ª), Ciências naturais (1ª, 2ª), Desenho e caligrafia (1ª, 2ª), Canto orfeônico (1ª, 2ª, 3ª), Trabalhos manuais e economia doméstica (1ª), Educação física (1ª, 2ª), Trabalhos manuais e atividades econômicas da região (2ª,

⁴ A esse respeito ver: MARTINS, Ângela Maria de Souza. Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960). Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias>. Acesso em: 06/09/2010.

3ª), História geral (3ª), História do Brasil (4ª), Noções de anatomia e fisiologia humanas (3ª), Desenho (3ª, 4ª), Educação física, recreação e jogos (3ª, 4ª), Noções de higiene (4ª), Psicologia e pedagogia (4ª), Didática e prática de ensino (4ª). Por outro lado, o curso de formação de professores apresentava conforme o artigo 8º a seguinte organização curricular: Português (1ª), Matemática (1ª), Física e Química (1ª), Anatomia e Fisiologia Humanas (1ª), Música e Canto Orfeônico (1ª, 2ª, 3ª), Desenho e Artes Aplicadas (1ª, 2ª, 3ª), Educação Física, Recreação e Jogos (1ª, 2ª, 3ª), Biologia Educacional (2ª), Psicologia Educacional (2ª e 3ª), Higiene e Educação Sanitária (2ª), Higiene e Puericultura (3ª), Metodologia do Ensino Primário (2ª, 3ª), Sociologia Educacional (3ª), História e Filosofia da Educação (3ª), Prática de Ensino (3ª)⁵.

Pelo exposto acima se identifica que os cursos de primeiro ciclo que formavam os regentes de ensino primário tinham um currículo marcado pelo predomínio das disciplinas de cultura geral enquanto que os cursos de segundo ciclo que formavam o professor do ensino primário tinham a estrutura curricular contemplada por todos os fundamentos da educação. Assim, entre o regente de ensino primário e o professor primário havia uma grande diferenciação no que tange à formação para o magistério.

Trazendo a tona, a evolução histórica do currículo das Escolas Normais, percebe-se uma diferenciação no que tange as disciplinas que integravam os currículos do curso normal no Brasil. Segundo informações de Kulesza(s/d) no texto **O Currículo da Escola Normal: feitiços e tendências**,⁶ a Escola Normal que iniciou com 2 a 3 anos de duração, em 1930 funcionava com 5 anos de duração. Ainda, conforme esse autor, o Regulamento nº 33 de 14 de janeiro de 1886 normatiza o currículo da Escola Normal da Paraíba em três anos com as seguintes disciplinas: 1º ano: Português, Matemática, Desenho, Música, Ginástica, Religião, Trabalhos de Agulha; 2º ano: Português, Matemática, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Desenho, Música, Ginástica, Trabalhos de Agulha; 3º ano: História, Ciências Físicas e Naturais, Pedagogia, Trabalhos Práticos.

Pelo exposto acima, pode-se perceber a presença da disciplina Trabalhos de Agulha que integrou o currículo da Escola Normal por muitos anos. Outras disciplinas como Economia Doméstica e Prendas Domésticas também faziam parte da estrutura curricular dos cursos normais, caracterizando a feminização do magistério. A esse respeito Kulesza (s/d, p.3762) afirma

⁵ Conferir em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganisaensinonormal.htm>. Acesso em: 29/05/2010.

⁶ Ver em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337WojciechKulesza.pdef>. Acesso em: 06/09/2010.

[...] a permanência e o desdobramento no currículo de disciplinas exclusivamente destinadas ao sexo feminino, Trabalhos de Agulha, Economia Doméstica e Prendas Domésticas, são evidências gritantes do processo de feminização do magistério em curso no período.

Em 1909, no governo do então presidente Nilo Peçanha, por meio do decreto nº 7.586 de 23 de setembro de 1909, foram criadas dezenove Escolas de Aprendizes Artífices as quais na trajetória de sua história receberam outras denominações como Liceus Industriais, Escolas Industriais e Técnicas.

Em 1942, no governo do presidente Getúlio Vargas foi realizada, por iniciativa do Ministro da Educação Gustavo Capanema, uma série de reformas em diversos ramos do ensino por meio de Decretos-lei que ficaram conhecidos como Leis Orgânicas do Ensino. Dentre estes decretos, foi posto em execução o Decreto-lei 6.141 de 28 de dezembro de 1943- Lei Orgânica do Ensino Comercial que estabeleceu a organização do ensino comercial no Brasil. O decreto dividiu o ensino comercial em dois ciclos: o primeiro, com um curso comercial básico de formação com duração de quatro anos e o segundo, com cinco cursos de formação denominados cursos comerciais técnicos, dentre eles o de Contabilidade com duração de três anos cada um. Esse decreto, também, definiu dois tipos de estabelecimentos para o ensino comercial: a) escolas comerciais que ministrariam o curso comercial básico e b) escolas técnicas de comércio destinadas a ministrar os cursos comerciais técnicos⁷.

Dessa forma, no ano de 1952, em Cajazeiras, começa a funcionar a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira que se insere na segunda categoria de ensino comercial definida pelo Decreto- Lei 6141/1943 ofertando o Curso Técnico em Contabilidade contribuindo, assim, para o desenvolvimento da educação profissional em Cajazeiras.

⁷ Conferir em: [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5 Gov Vargas/lei organica ensino comercial 19](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/lei_organica_ensino_comercial_19). acesso em: 26/05/2010.

4 – História e Memórias de professoras Cajazeirenses

Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira o objetivo é fazer um relato biográfico das entrevistadas enfocando aspectos da sua vida, formação docente e profissão, na segunda parte o objetivo é expor as memórias das professoras por meio de suas narrativas.

4.1- Biografias das professoras entrevistadas

Francisca César Leitão nasceu em 28 de maio de 1929, em Cajazeiras. Filha de Sebastião César Leitão – funcionário público municipal e Maria Dantas Cartaxo inspetora de alunos no Grupo Escolar Mons. João Milanês. Seu ingresso na escola aconteceu em 1936 quando ela contava com sete anos de idade. Nessa época, estudou no Grupo Escolar Monsenhor João Milanês onde fez a 1ª série. A 2ª 3ª e 4ª séries cursou na Escola de Dona Angelina Tavares que era uma escola particular. Após concluir o primário, Francisca fez o exame de admissão e ingressou no Curso Normal da Escola Normal Livre Padre Rolim – atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Ao ingressar na escola, Francisca já sabia ler, pois tinha sido alfabetizada por sua mãe que usou a Carta de ABC para alfabetizar a filha.

Em 1943, aos catorze anos Francisca iniciou na Escola Normal Padre Rolim o Curso Normal o qual concluiu em novembro de 1946, aos dezessete anos.



Foto 08: Colação de grau do Curso Normal da turma de 1946
Fonte: Arquivo pessoal de Francisca César.

Após concluir o Curso Normal, Francisca começou a ensinar em junho de 1947, aos dezoito anos, no Grupo Escolar Pedro Américo⁸ tendo sido esta a sua primeira experiência em sala de aula.

Em 1948, ela começou a ensinar no Grupo Escolar Monsenhor João Milanês onde lecionou como professora de ensino primário até 1968. Depois foi requisitada pelo governador Pedro Gondim para trabalhar no Hospital Regional de Cajazeiras onde atuou por três anos. Depois foi transferida para o Conselho Regional de Educação (CRED), hoje a 9ª Gerência Regional de Ensino onde exerceu o cargo de secretária por três anos. Simultaneamente a essa atividade também trabalhou na Biblioteca da FAFIC por seis anos.

⁸ O Grupo Escolar Pedro Américo foi fundado em 1937. Posteriormente, passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Pedro Américo, tendo sido extinta em dezembro de 2004.

Maria Elita Braga Cartaxo nasceu em 22 de setembro de 1934, em Engenho Ávidos (conhecido como Boqueirão) – Distrito de Cajazeiras para onde veio morar com um ano de idade. Filha de João Augusto Braga – comerciante e Ana Elenita Mangueira – dona de casa. Ingressou na escola aos seis anos, em 1940, na Escola de Dona Lozinha Meira cujo nome real era Rosa Mendes Meira. Nesta escola, a professora Elita estudou da alfabetização até a 4ª série primária e foi alfabetizada com a Cartilha do Povo.⁹

Elita cursou o ginásio e o pedagógico no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Com relação ao pedagógico fez o 1º ano Pedagógico em Recife, aos 16 anos em 1950, no Colégio São José. Em 1951, aos dezessete anos, retornou a Cajazeiras para cursar o 1º ano pedagógico no Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes (atual Colégio Nossa Senhora de Lourdes) onde concluiu o referido curso em 8 de dezembro de 1952, aos dezoito anos. Esta foi a primeira do curso pedagógico que nessa época tinha duração de dois anos.

A fotografia nº 09 logo abaixo, mostra as alunas da 1ª turma do Curso Pedagógico do antigo Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes e a imagem 03 que, se encontra na próxima página, é ilustrativa do Diploma do Curso Pedagógico da turma de 1952.



Foto 09: 1ª turma do Curso Pedagógico – 1952

Fonte: Arquivo pessoal de Elita Braga

⁹ Na página 58 dessa dissertação há uma ilustração da capa da 116ª edição da Cartilha do Povo



APROVAÇÕES OBTIDAS:

	1.º ANO 1951	2.º ANO 1952
Português	78	
Matemática:	95	
Biologia Educacional	92	
Psicologia Educacional:	87	71
Sociologia		85
Puericultura		92
Metodologia do Ensino Primário.	90	91
Prática de Ensino.		79
Desenho e Artes Aplicadas:	98	98
Música e Canto	90	70
Educação Física.		
MÉDIA ANUAL		
MÉDIA DO CURSO		

Secretaria do Ginásio-Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes, de Cajazeiras,
em 8 de dezembro de 1952

A SECRETARIA Jurema Luz de Azevedo A DIRETORA Maria José Guirã
Registrado no livro competente, à fl. 48



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Divisão do Ensino Primário e Normal

Nº 3247

Registrado a fl. 48 do livro 6

João Pessoa, 17 de 9 de 1952

Enc. do Reg. 17/09/52

VISTO Em 17/09/52

D. Rosa

Imagem 03: Diploma do Curso Pedagógico – Turma de 1952.

Fonte: Arquivo pessoal de Elita Braga.

Em 1953, iniciou suas atividades profissionais lecionando Matemática nas 1ª e 2ª séries do Curso Ginásial, na então, Escola Técnica do Comércio Monsenhor Constantino Vieira onde lecionou até 1957. No ano de 1955, nessa mesma escola, Elita iniciou também o curso Técnico em Contabilidade o qual concluiu em 1957.

Ainda, em 1957, começou a ensinar no Colégio Nossa Senhora de Lourdes a disciplina de Educação Física no turno da tarde. No ano de 1958, neste mesmo colégio, lecionou as disciplinas de Matemática, Português, História e Geografia nas turmas do curso de admissão, ou seja, um curso para preparar os alunos que se submetiam aos exames de admissão os quais davam acesso ao curso ginásial que na época era o 1º ciclo do ensino secundário.

Atuou como professora de 1953 a 1961 quando então casada e grávida deixou de lecionar para se dedicar às atribuições advindas do casamento.

Segue abaixo, a fotografia da professora Elita na época em que foi aluna da professora Lozinha Meira.



Foto 10: Professora Lozinha Meira com suas alunas de 4ª série. Elita é a 1ª à esquerda na foto.

Fonte: Arquivo pessoal de Elita Braga.

Inácia Ilma Braga Barbosa nasceu em 10 de abril de 1942, em Cajazeiras. Ingressou na escola aos seis anos, em 1948 no Colégio Nossa Senhora de Lourdes que na época denominava-se Ginásio Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes onde cursou do Primário até o Pedagógico. Ao ingressar na escola, Ilma já sabia ler, escrever e contar, pois já havia sido alfabetizada por sua mãe Benedita Mangueira Braga que era professora – a 1ª professora de Boqueirão formada no Curso Normal do Colégio Padre Rolim, da turma de 1931. Seu pai Francisco Moisés Braga era comerciante.

Ilma ingressou no Pedagógico aos quinze anos, em 1957 no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e o concluiu aos dezessete anos, em 1959. Concomitante ao Pedagógico, ela também fazia o Curso Técnico em Contabilidade, na Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira – atual Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira.

Após o término do pedagógico teve sua primeira experiência em sala de aula na Escola Janduy Carneiro onde lecionou a 4ª série. Esta escola nasceu inicialmente como uma associação beneficente para oferecer cursos profissionalizantes, como datilografia para adultos.

Além dessa formação pedagógica, a professora Ilma Braga possui curso superior em Licenciatura Plena em Letras e também um curso de Especialização em Língua Inglesa, ambos cursados na antiga Universidade Federal da Paraíba, (hoje Universidade Federal de Campina Grande- UFCG) Campus Cajazeiras.

Atuou como professora por quarenta e cinco anos.

4.2 – Narrativas das professoras entrevistadas

Esta seção é composta de narrativas das professoras selecionadas e trazem à tona lembranças relacionadas à infância, adolescência e formação docente no que se refere à leitura.

As entrevistas foram norteadas por uma agenda de contatos, inicialmente, feitos por telefone a fim de que a pesquisadora se identificasse, explicasse em que consistiria a pesquisa bem como soubesse da disponibilidade da professora contatada em participar da pesquisa. Nesse primeiro contato foram agendadas as datas para a realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas nas residências das professoras, usando-se um MP4 como recurso para a gravação. Após a conclusão das entrevistas, passou-se à etapa da transcrição na qual foi preservada a linguagem literal das informantes, garantindo a legitimidade do documento. Nesse sentido, Alberti (2006, p.185 - 186) esclarece:

É importante lembrar também que as palavras empregadas pelo entrevistado são importantes para a interpretação de sua narrativa. [...] Se ele escolhe determinadas palavras, e não outras, é porque é daquela forma que ele percebe o sentido dos acontecimentos ou das situações sobre as quais está falando. Por isso não cabe acrescentar novas palavras, ou substituir as que são usadas por sinônimos. Ao interpretar uma entrevista, convém **ser fiel à lógica e às escolhas do entrevistado. (grifos da autora)**

Depois da transcrição, houve também o retorno do texto às professoras para que pudessem reler as narrativas a fim de suprir ou acrescentar informações.

Para uma melhor compreensão, o capítulo está dividido em categorias que se fundamentaram no roteiro com questões, reproduzidas no Apêndice I. As categorias foram definidas a partir do conjunto das narrativas e revelam o percurso vivenciado pelas professoras selecionadas.

4.2.1- A escola na infância e as recordações da alfabetização

Nesta categoria, buscando informações sobre a idade com que entraram na escola e se já sabiam ler, percebe-se que as entrevistadas ingressaram na escola com

idade entre seis e sete anos. Duas das professoras já chegaram à escola alfabetizadas e a outra só conhecia as letras.

É interessante destacar que nesse processo de alfabetização ou de contato com as primeiras letras, a mãe aparece como figura fundamental nesse processo visto que as entrevistadas se apropriaram da linguagem escrita a partir dos ensinamentos proporcionados por suas genitoras. Esta afirmação pode ser confirmada nas falas das professoras conforme citado abaixo:

Entrei na escola com sete anos de idade em 1936, já sabia ler. Fui alfabetizada pela minha mãe, com a Carta do ABC, depois foi que eu entrei na escola. (Francisca, 09/11/2009).

Eu fui alfabetizada pela minha mãe e entrei na escola com seis anos, em 1948. Já sabia ler, escrever e contar. Ela alfabetizou por palavras, por historinhas e não por sílabas. Da palavra partia para o conhecimento geral. (Ilma, 25/02/2010).

É importante destacar que esta professora, faz referência ao método de alfabetização analítico bem diferente do método sintético que predominava na época no qual a alfabetização era feita partindo-se das partes para o todo, ou seja, das letras e sílabas para as palavras e sentenças, embora o método sintético ainda seja usado até hoje em nossas escolas.

Eu entrei na escola com seis anos, em 1940. Só conhecia as letras. Minha mãe gostava de ler, as primeiras letras quase todos aprenderam com ela. (Elita, 05/03/2010).

Ainda, dentro dessa categoria buscando obter informações sobre se tinha livro ou cartilha nessa época da infância e como a escola trabalhava a leitura, as narrativas revelam uma leitura realizada de maneira tradicional com o objetivo de, a partir dela, o aluno fazer cópia, ditado.

Tinha cartilha, era a **Cartilha do Povo**, Tinha historinhas, várias histórias como a do preguiçoso. Cada história tinha uma gravura. A Cartilha do Povo era como um livro de hoje, de leitura. A professora marcava a leitura e a gente estudava em casa. No outro dia, a gente dava a lição à professora. Na escola de D. Angelina Tavares a gente

fazia muita leitura, muito ditado, muita caligrafia. (Francisca, 09/11/2009).

Livro didático. Todos os dias éramos obrigados a ler, e dessa história, contava oral “a nosso modo”. Nós líamos e depois a gente ia recontar escrevendo. Tinha cópia. (Ilma, 25/02/2010).

Na Escola de D. Lozinha usava a **Cartilha do Povo**, na alfabetização. Ela ensinava a juntar as letras, ensinando de aluno para aluno, depois as vogais, as consoantes, depois as sílabas e depois as palavras. O dever de casa era trazer essa tarefa decorada. A Cartilha era pequena, fina e encadernada como um folheto. No começo eram só as letras, depois tinha os objetos que lembravam aquela letra. No 2º ano eram historinhas. No 3º e 4º ano, ela tomava a lição. No lugar onde a gente estava a gente lia e ela acompanhava a leitura. Todo dia tinha ditado. (Elita, 05/03/2010).

A Cartilha do Povo referenciada por duas das entrevistadas teve sua primeira edição em maio de 1928, publicada pela Companhia Melhoramentos de São Paulo cujo autor foi Manoel Bergström Lourenço Filho.¹⁰

Segundo informações de Bertoletti (2006, p. 41) colhidas da edição de 1959, a primeira edição desta Cartilha alcançou a tiragem de 1.080.000 exemplares.

Ainda conforme informações de Bertoletti (2006, p. 29 a 33), a estrutura da Cartilha do Povo é composta inicialmente, pelas vogais e suas combinações em ditongos, que ocorrem na primeira lição. A partir da terceira lição combinam-se as consoantes (geralmente labiais) com as vogais, para chegar-se à formação de palavras.

¹⁰ Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu no dia 10 de março de 1897, na Vila de Porto Ferreira, São Paulo. Estudou na Escola Normal de Pirassununga entre 1912 a 1914 onde se formou professor primário. Em 1921, foi nomeado professor de psicologia e pedagogia na Escola Normal de Piracicaba. Igualmente, entre 1925 e 1930 lecionou psicologia e pedagogia na Escola Normal de Caetano de Campos. Em 1929, formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Como homem público exerceu importantes cargos de administração de instituições tais como: Diretor de Instrução Pública no Ceará, nos anos de 1922 e 1923, onde promoveu a reforma no ensino cearense. Entre 1931 e 1932 foi designado Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo promovendo, também, importantes reformas no ensino. Participou da reforma do Distrito Federal. Foi Diretor da Escola de Professores do Distrito Federal. Em 1938, implantou e dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Ainda na década de 30, publicou o livro *Introdução ao estudo da Escola Nova* que divulgava de forma sistemática o ideário escolanovista no Brasil. Foi um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Além dessa obra, publicou outras baseadas na sua experiência de reformas escolares: *Joazeiro do Padre Cícero: cenas e quadros do fanatismo no Nordeste*, em 1926, *Tendências da Educação Brasileira*, 1940, *Educação Comparada*, entre 1961 e 1964, e *Organização e Administração Escolar*, entre 1963 e 1976. Quanto ao ensino elementar publicou livros que merecem destaque: *Cartilha do povo: para ensinar a ler rapidamente*, publicada em 1928, *Testes ABC*, 1934, livros de matemática *Aprenda por si! Série A* (1941) e *Série B* (1942), *Nova taboada e Noções de aritmética* (1958) e *Upa, Cavalinho!* (1957), cartilha destinada ao ensino inicial da leitura e escrita a crianças e que encerrava a *Série de Leitura Graduada Pedrinho* cuja primeira publicação foi em 1953. Lourenço Filho faleceu em 3 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, vitimado por um colapso cardíaco.

Estas informações sobre a vida e a obra de Lourenço Filho foram retiradas, respectivamente, dos livros: **História das Idéias Pedagógicas** (2008) de Dermeval Saviani e **Lourenço Filho e a alfabetização: um estudo de Cartilha do Povo e da cartilha Upa, cavalinho** (2006) de Estela Natalina Mantovani Bertoletti.

Além disso, as lições da Cartilha apresentam conteúdos gramaticais como separação de sílabas, acentos gráficos, numerais, til, tipos de orações (afirmativas, negativas, exclamativas e interrogativas); sinais de pontuação, artigos definidos e indefinidos, gênero do substantivo; número do substantivo e infinitivo dos verbos.

Esta autora menciona também que na Cartilha do Povo a partir da décima segunda lição aparecem os “textos”, e os “textos” mais extensos figuram a partir da trigésima primeira lição. Bertoletti (2006, p.32) esclarece que:

Os ‘textos’ da Cartilha, em sua maioria, constituem-se, na verdade, numa sucessão de frases, relacionadas entre si por elementos comuns, que podem ser as sílabas ou as palavras-chave estudadas, ou, ainda, o objeto de uma oração repetindo-se como sujeito da próxima. Neste último caso, são chamados de ‘historietas’ [...].

A partir da trigésima primeira lição os “textos” são mais extensos originais ou adaptados para comporem a Cartilha, totalizando cinco “textos”. Quatro, em prosa, sendo três de autoria de Lourenço Filho e o outro, é uma fábula adaptada. e um em verso extraído da Cartilha Nacional (1892) de Hilário Ribeiro,

O primeiro “texto” que compõe a 31ª lição é intitulado “O preguiçoso”. Esse texto é citado pela professora Francisca que se refere a ele da seguinte maneira: “O preguiçoso não fazia nada, só deitado embaixo de uma árvore”. Na realidade, trata-se de uma história de cunho moralizante, cujo garoto Frederico, por causa da preguiça não foi à escola para ficar brincando e como todos estavam trabalhando ele acaba ficando sozinho. O caráter moralizante da história centra-se na punição de Frederico, ou seja, ser castigado pela solidão e indiferença devido à sua preguiça.

Os outros “textos” que compõem a Cartilha do Povo são: “Já sei ler” texto apelativo ao estudo exaltando a importância de saber ler e escrever a fim de conhecer a terra e a história brasileiras - integra a 37ª lição. Na lição seguinte, a 38ª, encontra-se uma fábula adaptada A galinha pintada que exalta a importância do trabalho para a sobrevivência e o bem-estar. O “texto” em verso “A Boca” de Hilário Ribeiro faz parte da 39ª lição e descreve as utilidades da boca e as partes que a constituem. Por fim, “Minha terra”, a 40ª lição é o último “texto” que enaltece o Brasil por sua extensão territorial.

Segue abaixo a imagem ilustrativa da 116ª edição da Cartilha do Povo.



Imagem 04: Capa da Cartilha do Povo – para ensinar a ler rapidamente, 116. ed. s.d.

Fonte: < http://www.vivercidades.org.br/.../cartilhas_03_povo.jpg > acesso em 10/11/2009

Ao final desse tópico cabe esclarecer que a metodologia utilizada para a leitura na Cartilha do Povo está baseada no método analítico-sintético, ou seja, no misto, visto que nesta Cartilha existe a presença de textos de autores que defendem o método sintético e o método analítico, como é o caso de Hilário Ribeiro e Arnaldo Barreto, respectivamente mostrando que embora refute as propostas de alfabetização do passado e proponha um novo modelo para alfabetizar, Lourenço Filho não consegue romper definitivamente com a antiga tradição. (BERTOLETTI, 2006, 34-35).

Outro fato a destacar na Cartilha do Povo diz respeito à questão da temática dos textos quem enaltecem o trabalho e a pátria, valores estes que norteiam o espírito nacionalista e a conjuntura educacional da época.

4.2.2- O ambiente familiar e a questão da leitura

A leitura está presente em todos os contextos sociais de nossa vida: no trabalho, na escola ou em casa e precisa ser desenvolvida desde a infância. Nesse contexto, a família tem papel importante no desenvolvimento do gosto pela leitura. Contando histórias para os filhos ouvirem, presenteando-os com livros ou incentivando os filhos a contarem histórias em casa, cria-se um ambiente propício para o estímulo e prazer pela leitura.

Nas entrevistas realizadas, chama a atenção o fato de que as professoras tiveram contato com a leitura em casa a partir do incentivo das mães que, com contação

de histórias, possibilitaram o ingresso de suas filhas no mundo da leitura de diversos textos.

Tinha livrinho de história em casa. Eu toda vida gostei muito de ler, minha mãe comprava e eu lia. Antes de ser alfabetizada às vezes ela lia alguma coisinha pra mim, lia historinhas, acho que a de Cinderela. (Francisca, 09/11/2009).

Minha mãe lia livro de historinhas como o Chapeuzinho Vermelho que me marcou muito porque ela usava a lição de Chapeuzinho para ensinar obediência. Minha mãe tinha muita habilidade de nos empurrar para a leitura. Minha mãe catava revista de época, Cruzeiro para os adultos e O Tico-Tico para as crianças. (Ilma, 25/02/2010).

Minha mãe gostava de ler. Ela lia a história do Chapeuzinho Vermelho e também histórias de Santos. Ela era muito religiosa e comprava folhetos de santos, Santa Maria Gorete, as aparições de Nossa Senhora de Fátima e o pastorinho. Ela lia, a gente não tinha capacidade de ler. Ela gostava de ler, apesar de ter feito só o primário. (Elita, 05/03/2010).

Neste ponto é necessário chamar a atenção para o fato de que estas professoras faziam parte de um grupo seleto de pessoas que nas referidas décadas tinham acesso a livros e revistas, inclusive com a capacidade de comprar estes materiais de leitura. Há, também, que destacar a predominância dos contos de fadas nas histórias contadas pelas mães das entrevistadas.

A revista Tico-Tico mencionada pela professora Ilma foi publicada no dia 11 de outubro de 1905, com tiragem de 21.000 exemplares que devido ao sucesso, logo chegaria a 30.000 exemplares na 11ª edição. Foi a primeira a publicar regularmente histórias em quadrinhos no Brasil cujos personagens Chiquinho, Benjamin, Reco-Reco, Bolão, Azeitona, Carrapicho, Goiaba, Lamparina, Maria Fumaça, o casal Zé Fumaça e Faustina, foram inspirados em personagens de quadrinhos estrangeiros. O personagem Chiquinho um dos personagens mais queridos da revista, o cachorro Jagunço e a garota Lili eram, na verdade, cópia de Buster Brown, Tige e Mary-Jane do autor americano Richard F. Outcault.

Essa revista caracterizava-se por um caráter didático presente nos contos, brincadeiras, jogos e quadrinhos, contribuindo para a formação de várias gerações de crianças e jovens. Também trazia em suas páginas, lendas e outras narrativas literárias escritas por Olavo Bilac, Oswaldo Orico e Josué Montello.

Embora tenha alcançado grande êxito durante quase 57 anos de sua existência, a revista Tico-Tico foi perdendo espaço para a entrada dos quadrinhos norte-americanos surgidos entre a década de 1930 e 1950 que traziam personagens de super-heróis que, com suas aventuras heróicas, deixaram para trás a ingenuidade e o encantamento das histórias lançadas pela revista brasileira. Assim, em fevereiro de 1962, com a excepcional marca de 2.097 edições, o Tico-Tico encerrava sua história de sucesso. (MAGALHÃES, 2005, s.p)

4.2.3- A escola e a leitura na adolescência

Esta categoria trata de como a escola trabalhava a leitura na adolescência, e as narrativas deixam transparecer a realização de atividades mescladas, ora se fazia ditado e cópia, ora se interpretava os textos, outras vezes fazia-se análise gramatical a partir da leitura dos textos, e ainda trabalhava-se com tradução de textos franceses e em latim.

Na adolescência freqüentei a Escola Normal Nossa Senhora de Lourdes. Tinha livro de Francês. O livro de Francês tinha texto, a gente fazia ditado dele. Tinha tradução. A leitura que fazíamos era a da sala de aula. (Francisca, 09/11/2009).

Entrei no ginásio com onze anos , em 1953 , no Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Lia-se a História Universal. Estudei Francês e Latim no 1º, 2º e 3º e 4º anos do ginásial. Trabalhava literatura com exercícios, cópia, ditado e interpretação de texto. (Ilma, 25/02/2010).

Logo, abaixo tem-se o registro fotográfico dos livros de Latim e Francês estudados pela professora Ilma no ginásio.

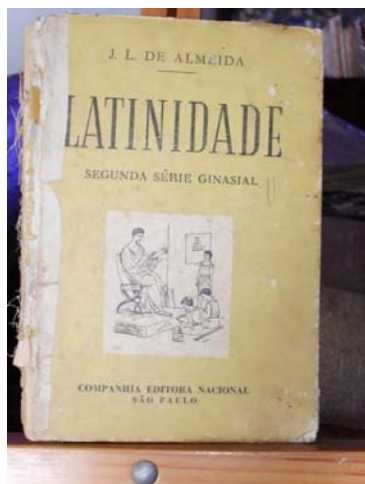


Foto 11: Capa do livro de Latim da 2ª série ginasial

Fonte: Arquivo pessoal de Ilma Braga



Foto 12: Capa do livro de Francês da 1ª série ginasial

Na adolescência tinha o livro de Português que já vinha com textos pra gente ler e interpretar, depois fazia a análise (sujeito e predicado) e também ela (a professora) mandava ler José de Alencar, José Lins do Rego. A professora mandava ler, mandava grifar aqueles textos, aquelas frases, interpretar por escrito o que leu. A professora de português do ginásio fazia muito isso. Eu estudei quatro anos de Latim e de Francês no ginásio. (Elita, 05/03/2010).

Diante dessas narrativas, têm-se um modelo de escola tradicional a qual “baseava-se no ensino por informação, do que se podem depreender memorização e repetição e, portanto, passividade de aluno na relação ensino-aprendizagem”. (VIDAL, 1999, p.336).

Após as narrativas das professoras, deve-se atentar para a organização curricular em que havia a obrigatoriedade do ensino de latim e francês nos cursos ginasiais da década de 1940 e 1950 conforme definido pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244 de 09/04/1942.). Por este decreto instituído pelo então ministro da Educação Gustavo Capanema, o currículo abrange um conjunto de disciplinas, distribuídas em três grandes áreas, a saber: línguas (português, latim, francês, e inglês); Ciências (matemática, ciências naturais, história geral, história do Brasil, geografia geral e geografia do Brasil); Artes (trabalhos manuais, desenho e canto orfeônico).¹¹

Com relação ao ensino de Latim, os livros editados apresentam semelhanças quanto aos métodos utilizados para o ensino da língua latina. No aspecto gráfico, todos são impressos em preto e branco, com tamanho aproximadamente de 15x21cm e contam com alguns desenhos ilustrativos antes do texto que inicia um novo capítulo. Quanto á disposição do conteúdo há também aspectos semelhantes: textos em latim a serem traduzidos, ilustrados por uma figura no alto da página, a explicação gramatical, um pequeno vocabulário e ao final do capítulo alguns exercícios de fixação do conteúdo.

A fotografia da página seguinte, do Livro **Latinidade** de J. L. Almeida comprova a estrutura mencionada acima dos livros de latim.

¹¹ Conferir em: <http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm> acesso em: 03/06/10

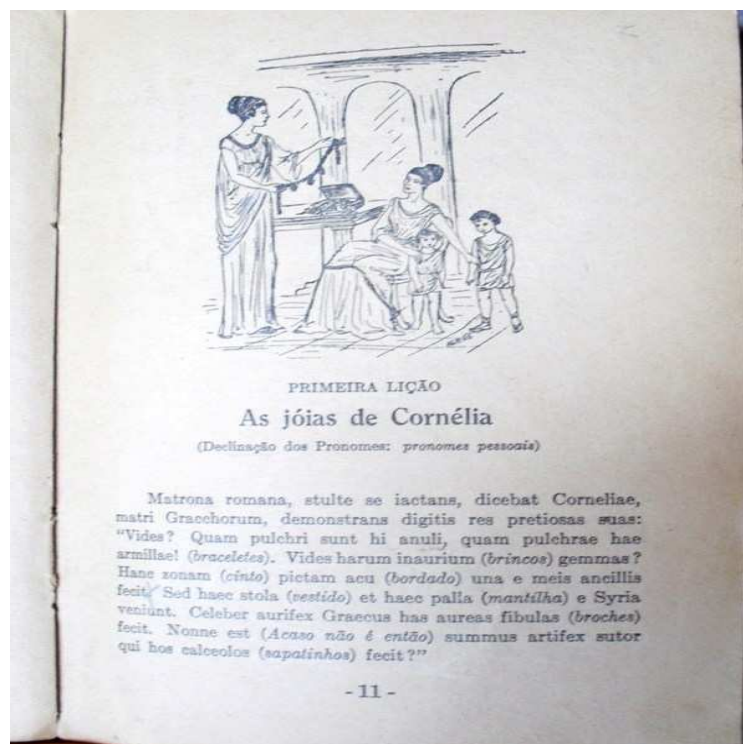


Foto 13: Página do Livro **Latinidade**
Fonte: Arquivo pessoal de Ilma Braga

Igualmente ao Latim, como já foi citado anteriormente, o Francês também integrava o currículo dos cursos ginasiais das escolas brasileiras nos anos de 1940 a 1950, época na qual as professoras entrevistadas cursavam o referido curso. Mais uma vez, referencia-se a Lei Orgânica do Ensino Secundário, parte integrante da Reforma Capanema que concedia importância ao ensino humanístico por meio das línguas estrangeiras. Assim, a referida lei tornava obrigatório o ensino do Latim e do Francês nas quatro séries ginasiais e o Inglês apenas nas três últimas séries. Abaixo, na página seguinte há a fotografia ilustrativa do programa de Francês da 1ª série do curso ginásial.

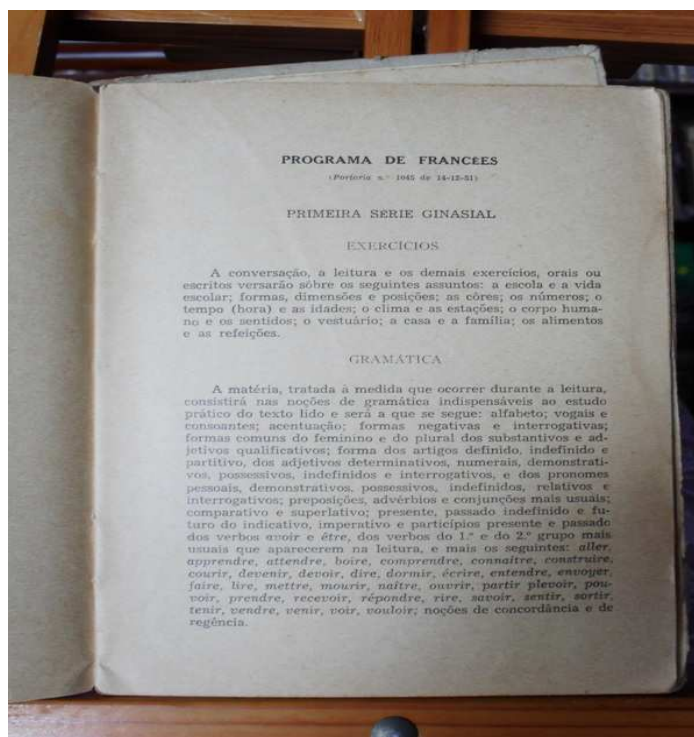


Foto 14: Página ilustrativa do programa de francês da 1ª série ginásial do Livro **Mon Livre de Français**.

Fonte: Arquivo pessoal de Ilma Braga

Finalmente, há de se esclarecer que conforme menciona Zotti (p.8, s/d) amparada no documento (BRASIL, 1952, p.25), a inclusão do ensino de Latim no currículo através da Reforma Capanema justifica por ser ele “o fundamento e a estrutura da língua nacional”. Por outro lado, segundo afirma Oliveira (s/d p.17) embasada na portaria nº 114 de 29/01/1943 (p.176) que expõe as finalidades do estudo da Língua Francesa, como meio de garantir ao estudante o acesso aos “bons escritores”, capacidade de escrever, de falar e compreender esta língua, ter conhecimento da civilização e “[...] contribuir para a formação de sua mentalidade, desenvolvendo hábitos de observação e de reflexão, dando-lhe a capacidade de compreender tradições e ideais de outros povos”.

A respeito sobre quais livros liam em sua adolescência percebe-se nas narrativas das professoras que há uma preponderância de romances.

Romancezinhas, bem bonzinhos da gente ler, só para passar o tempo. Coleção das Moças, a gente chorava quando lia. Tudo era coisa triste. Revista também. (Francisca, 09/11/2009).

Romances como Iracema, Lucíola, O Ateneu. Eram indicados pela minha mãe. (Ilma, 25/02/2010).

Na adolescência eu lia M.Delly era uma coleção de romances. (Elita, 05/03/2010).

Esta professora refere-se à Coleção Biblioteca das Moças que era composta de romances os quais ficaram conhecidos como “literatura cor-de-rosa”. A coleção era composta por cerca de 180 volumes, publicados entre 1935 a 1963 pela Companhia Editora Nacional, de São Paulo compreendendo romances de vários autores, a grande maioria assinada por **M. Delly**¹². Os romances possuíam enredo com estrutura bem definida: o herói nobre e rico e a heroína plebéia e pobre que se apaixonam e ao final casam-se e são felizes para sempre, tal qual nos contos de fadas.

Pode-se dizer que os romances da Coleção Biblioteca das Moças¹³ por serem histórias de amor “açucaradas” cujas narrativas apresentavam valores católicos como a importância da caridade e da renúncia para mulher além dos ritos próprios do catolicismo como as missas, novenas à Virgem Maria e a celebração do casamento constituíam um tipo de literatura permitida às moças nas décadas de 1930 a 1950.

Por outro lado, num contexto de uma sociedade marcada por profundos valores burgueses e patriarcais como a pureza, a castidade, a moral e os bons costumes, havia certo tipo de literatura proibida para as jovens leitoras sob quem recaía de forma mais contundente os estereótipos dessa sociedade.. Assim, alguns romances que atentavam contra o pudor e a honestidade passaram a ser proibidos. A esse respeito a professora Elita faz o seguinte comentário durante a entrevista:

Havia muito livro proibido. Esses livros que falavam de sexo, de amores muito ousados não podia ler. Aquele **Olhai os Lírios do Campo**¹⁴ eu me lembro, eu nem li porque não podia.

¹² Cf. http://www.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_das_Moças. Acesso em 07/03/2010.

¹³ A esse respeito, ver: CUNHA, Maria Tereza dos Santos. Biblioteca das Moças: contos de fada ou contos de vida? Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 85, p.54-62, maio/1993. Acesso em: 24/04/2010.

¹⁴ Olhai os Lírios do Campo é um romance escrito por Érico Veríssimo em 1938. A primeira parte do livro é feita de sucessivos flashbacks que leva Eugênio a lembrar de momentos de sua vida enquanto se dirige ao hospital onde se encontra Olívia que está morrendo. Eugênio Fontes, filho de alfaiate, tem uma infância infeliz marcada pela pobreza e pelas humilhações que sofria dada a sua condição social. Com muita dificuldade, ele se forma em Medicina. Inconformado com a pobreza, Eugênio deseja tornar-se um homem rico e livrar-se da miséria. Na noite de sua formatura ele conhece Olívia, colega de turma. Os dois se aproximam e nasce um romance entre eles. Durante a Revolução de 30, Eugênio faz uma cirurgia, mas o paciente morre. Nessa noite, Olívia o convida para ir a sua casa e passam uma noite de amor. Alguns dias depois, Olívia recebe uma proposta para trabalhar em Nova Itália, cidade do interior do Rio Grande do Sul, mas antes de sua partida Olívia e Eugênio novamente se entregam ao amor. Eugênio permanece em Porto Alegre e, durante um atendimento

Tinha muito aquela história de pecado, a gente era muito castrada. (Elita, 05/03/2010).

Corroborando com essa afirmativa acima mencionada, Márcia Abreu (1999: p.11) comenta:

[...] No que tange aos atentados contra a moral, os textos literários – e, sobretudo, os romances – pareciam os mais ameaçadores, pois colocavam os leitores em contato com cenas e situações reprováveis, subvertendo o sistema de valores no qual a sociedade deveria ancorar-se.

Há de se imaginar que um romance como Olhai os Lírios do Campo que retrata cenas de amor entre Eugênio e Olívia, casamento por conveniência e a existência de traições com o aparecimento da figura de uma amante seja realmente considerado um livro proibido para as leitoras nas décadas de 1930 a 1950, haja vista que, para a sociedade da época em questão, situações como as descritas acima tornavam-se perniciosas para a educação das moças de família.

Os modos de ler e os lugares em que gostava de estar para realizar a leitura.

Eu só gravava se eu lesse alto, se fosse coisinha baixa, ou só silenciosa, só olhando para as letras eu não gravava nada. Meu quarto, numa rede. (Francisca, 09/11/2009).

Tem-se nessa fala a o entendimento da professora de que a leitura em voz alta era indispensável para a compreensão do significado do que se estava lendo.

Eu lia alto e em pé porque eu queria ser professora. Eu gostava de estar na sala de leitura da casa de minha mãe. Hoje eu leio algumas vezes silenciosamente, mas quando meus netos querem que eu recontre as histórias que eu inventava, eu conto em voz alta. (Ilma, 25/02/2010).

médico conhece Eunice Cintra, filha de um riquíssimo empresário. Eugênio casa-se com Eunice e começa a freqüentar a alta sociedade, porém ele não se sente parte dela. Após retornar definitivamente para Porto Alegre, num encontro com Eugênio, Olívia revela-lhe que ele é pai de sua filha Anamaria. A segunda parte da narrativa passa-se após a morte de Olívia. Eugênio se separa de Eunice e vai viver com sua filha Anamaria retornando o exercício da Medicina que havia abandonado depois do casamento com Eunice. Torna-se, então, um médico popular, atendendo aos pobres e levando uma vida simples.

Por outro lado, para esta professora ler em voz alta é um meio de demonstrar sua habilidade de boa leitora e que ela gosta de falar em público. Corroborando com essa afirmativa Chartier (1999: p. 21) menciona:

Desde a Antiguidade, ler em voz alta tem, basicamente, dois propósitos. De um lado, uma função pedagógica: demonstrar que se é um bom leitor, lendo em voz alta, constitui um ritual de passagem obrigatório para os jovens que exibem, assim, seu domínio da retórica e do falar em público. Por outro lado, um propósito literário: ler em voz alta é, para um autor, colocar um trabalho em circulação, “publicá-lo”.

Diferente das outras duas entrevistadas que privilegiam a leitura em voz alta, Elita prefere realizar suas leituras de forma silenciosa, presumindo-se que esta preferência esteja no entendimento de que ,ao ler silenciosamente, haja uma melhor compreensão do texto lido.

Silenciosamente, eu não gosto de ler alto. Muitas vezes sentada, deitada. A gente às vezes se reunia na biblioteca da escola pra pesquisar, pra ler. (Elita, 05/03/2010).

4.2.4- Formação docente: leitura e currículo

Conforme mencionado anteriormente, esta pesquisa utiliza como metodologia fundamental a História Oral que fazendo uso das narrativas das professoras entrevistadas, permite-lhes recuperar suas memórias vividas. Assim, nesta categoria as professoras narraram sobre as leituras que faziam com mais frequência durante a formação docente e ao mesmo tempo revelam aspectos da estrutura curricular da Escola Normal

A leitura que nós fazíamos era a da sala de aula, às vezes em voz alta, outras, era silenciosa. Nas nossas horas de aula de Metodologia, de Psicologia, mesmo de Francês tudo se fazia leitura. Tínhamos uma sala para trabalhos manuais. (Francisca, 09/11/2009).

Nesta declaração da professora Francisca fica evidente que no currículo da Escola Normal havia disciplinas que preparavam a futura professora não só para o exercício de sua profissão como também para o casamento e a vida no lar com a inserção de disciplinas como Trabalhos Manuais, Trabalhos de Agulha, Economia Doméstica e Prendas Domésticas. Tal afirmação é reforçada por Torres e Santos (2001, p. 7) quando esclarecem:

Dessa forma, a Escola Normal tanto serviu aos interesses das moças que necessitavam profissionalizar-se quanto aos daquelas cujo destino era exclusivamente o casamento e a vida no lar.

As falas abaixo expressam sobre os livros que as professoras liam enquanto alunas da escola Normal.

Lia com frequência e intensidade todos os livros de literatura da época, Machado de Assis, contos, Graciliano Ramos, Castro Alves. Trabalhava essa literatura na escola, cada uma ficava com um personagem e apresentava em forma de teatro. (Ilma, 25/02/2010).

O que eu lia muito eram livros que ajudasse a preparar minhas aulas ou o que eu precisava para estudar no curso. (Elita, 05/03/2010).

As narrativas das professoras apontam que a leitura realizada durante a formação docente estava centrada na busca de informação, quer seja pela leitura de livros didáticos com os conteúdos a serem estudados, quer seja pela leitura de livros

didático-pedagógicos que ajudam na preparação das aulas bem como na leitura de obras clássicas da literatura brasileira.

Por meio da experiência da rememoração de suas práticas de leitura, as professoras se reconhecem como leitoras, olhando ao mesmo tempo para o passado e o presente num minucioso trabalho de reconstituição de suas memórias. Para Guedes-Pinto et al (2008, p.68): [...] As memórias narradas apresentam-se como versões de suas trajetórias de leituras, possibilidades de interpretação do passado e um trabalho paciente de reconstituição de imagens e vivências passadas e contemporâneas [...].

4.2.5- O papel e o espaço que a leitura ocupa hoje na sua vida

Nesta parte da entrevista procurou-se saber sobre quais livros ou outros materiais de leitura as entrevistadas lêem, qual a importância que atribuem à leitura e os sentimentos que a leitura desperta.

As três professoras afirmam que gostam de ler embora haja uma diferença na frequência da leitura e nos materiais de leitura lidos.

Gosto de ler parei mais por conta da minha visão. Eu tenho muitas assinaturas de revistas religiosas como Mensageiro do Coração de Jesus. Eu leio todas. Nunca mais eu li romances. Eu parei alguns meses, mas quando eu posso ler, eu leio. Eu, quando adulta, já li o livro **Vingança Não** do prefácio até o final para meu pai e minha mãe ouvirem. A leitura é importante demais porque se a pessoa não leu como é que ela pode resolver algum problema na vida dela, se ela não tem uma boa leitura. O sentimento que a leitura me desperta é que eu sei ler, graças a Deus [...] e outras coisas boas de acordo com a leitura. (Francisca, 09/11/2009).

O livro **Vingança Não** é de autoria do Padre Francisco Pereira Nóbrega, publicado pela primeira vez em 1960. O autor conta a história de seu pai Chico Pereira cujo pai, o coronel João Pereira, é assassinado.



Imagem 05: Capa do livro **Vingança Não**

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

Gravemente ferido e já agonizante, João Pereira pede aos filhos que não se vinguem que entreguem tudo à justiça. Porém, o assassino Zé Dias continua solto até que o filho mais velho de João Pereira, Chico Pereira, prende Zé Dias e o entrega à polícia que devido às forças políticas da época (1923) é solto. A partir desse momento, Chico Pereira instigado pela população que pede vingança, quebra o juramento feito ao pai e mata Zé Dias. Desde então Chico Pereira refugia-se nas matas e passa a viver de arma em punho, unindo-se por vezes aos cangaceiros. Aos vinte oito anos, é assassinado por policiais que o estavam transferindo da cidade de Natal para o interior do Rio Grande do Norte – local no qual ele estava preso por ter sido acusado de um crime que não cometera.

Vejamos outras referências de leitura das entrevistadas:

Eu leio diariamente, eu não durmo sem ler. Eu li a **Cabana** em duas noites. Eu gosto de literatura de Cordel. Eu li o **Código da Vinci** numa tarde e numa noite. Eu gosto dos livros sobre Padre Cícero. Eu gosto de Graciliano Ramos. Sem a leitura ninguém vive, é importante como o ar. Quem não lê, não escreve, não fala, não sente. A leitura me tornou uma mulher com muito conhecimento. Todos os sentimentos: alegria, lágrimas, revolta, medo, angústia, desgosto, o nada, a solidão, o amanhã, o riso. (Ilma, 25/02/2010).

Ilma demonstra um gosto por leitura bem eclético: romance, cordel, best-seller, heróis regionais e escritores regionais. Para ela, a leitura possibilita tanto a aquisição de conhecimento como uma catarse.

Eu gosto de ler, leio pouco, hoje mais revistas e jornais diariamente. Sou viciada em jornais. Assinei muitos anos a Veja e a Manchete¹⁵. Leio muitos livros de dieta, de gastronomia. A leitura é importante para ficar atualizada. Sentimentos que a leitura desperta, primeiro curiosidade, depois eu acho que ajuda a escrever melhor, a conversar. (Elita, 05/03/2010).

Na fala de Elita quer parecer que sua preferência é por leitura informativa e de assuntos que ajudem a viver bem, pois se refere a livros de dieta e gastronomia. Ela destaca a leitura como possibilidade de atualização o que se coaduna com a leitura de jornais e revistas. No entendimento de Elita, a leitura, também, favorece à boa escrita e à comunicação.

¹⁵ A revista Manchete que foi criada por Adolpho Bloch em 1952, deixou de circular em 2000.

Transcritas as falas dessas professoras tem-se a representação do passado pautado em emoções e vivências através de reminiscências e lembranças. Quer seja como representação deliberada do passado, quer seja como ato de relembrar espontâneo, “a memória possibilita voar, viajar através do tempo”. (DELGADO, 2006, p. 38).

Nessa viagem através do tempo esta pesquisa possibilita trazer à tona informações acerca de uma época, que no caso em questão, compreende as décadas de 1930 a 1950 traçando um perfil das práticas de leitura em Cajazeiras.

Nesta última categoria da entrevista as narradoras declararam conhecer como espaços de leitura em Cajazeiras a Biblioteca Castro Pinto, Biblioteca da UFCG e Biblioteca da FAFIC que merecem ser historicizadas, dada a sua importância como lugares significativos para a leitura e o estudo.

Iniciando esse histórico segundo artigo do professor José Antônio de Albuquerque¹⁶, a Biblioteca Castro Pinto foi criada pelo prefeito Heronildes Ramos que foi nomeado e exerceu o cargo de 1944 a 1945, porém a referida Biblioteca só foi instalada e inaugurada no ano de 1946, pelo prefeito Manoel Lacerda. Nessa época, a biblioteca não tinha sede própria e funcionou em condições precárias até 1975, no andar térreo da atual prefeitura. A partir do governo do prefeito Antonio Quirino de Moura (1973 a 1977), a Biblioteca Castro Pinto instala-se na sua sede definitiva localizada na Avenida Padre Rolim.

Com relação à Biblioteca da UFCG que conforme o professor José Antônio é “hoje a maior biblioteca da cidade” é constituída tanto pela incorporação do acervo bibliográfico do que restou da Biblioteca da Ação Católica criada em 1940, pelo Bispo Dom João da Mata quanto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC) fundada em 1969.

Finalmente, a Biblioteca da FAFIC é constituída pelo acervo de livros do antigo Colégio Diocesano Padre Rolim tendo sido, nos dias atuais, ampliada com a aquisição de obras diversificadas que atendem aos cursos de Direito, Serviço Social e Filosofia oferecidos por esta faculdade.

¹⁶ Ver: ALBUQUERQUE, José Antônio de. Biblioteca Pública Municipal Castro Pinto. Artigo publicado no Jornal Gazeta do Alto Piranhas em 07 de julho de 2004.

5- Considerações Finais

Ao concluir esta pesquisa sobre práticas de leitura em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950, por meio das memórias das professoras percebeu-se que suas narrativas trouxeram à tona informações sobre lugares, pessoas e fatos que ao lado de sua história individual contribuíram para a escrita da história da leitura em Cajazeiras.

As três professoras entrevistadas, identificadas por seus nomes reais, revelaram aspectos importantes das suas vidas no que concerne à leitura. Puxando o fio de sua memória foi possível conhecer a organização curricular do curso ginásial da época em que o Latim e o Francês eram ensinados como língua estrangeira, os livros utilizados para essas disciplinas bem como as práticas de leitura desenvolvidas nas escolas em que elas estudaram; práticas estas centradas num ensino tradicional calcado no uso de ditado, cópia e caligrafia.

Nas suas narrativas as colaboradoras deixaram clara a influência decisiva da mãe como figura fundamental no processo de alfabetização e de incentivo à leitura, visto que todas foram conduzidas ao mundo das letras e da leitura pelas mãos de suas genitoras.

Procurou-se dar voz às professoras fazendo delas narradoras de suas histórias de vida, possibilitando-lhes reviver emoções e sentimentos que estavam guardados no íntimo do seu ser. Ao falar sobre sua infância, adolescência, escola, formação docente e leituras vivenciadas, elas voltam ao passado rememoram momentos marcantes de um passado que ao ser pesquisado não será perdido para a história. Sentem-se valorizadas, que não foram esquecidas, como bem expressa a professora Elita ao comentar ao final da entrevista: “alguém lembrou de mim”.

Ouvir estas professoras contarem suas histórias de vida e de leitura e suas experiências profissionais permite que elas sejam reconhecidas como sujeitos que constroem a história, pois vivenciaram e participaram de situações em um determinado período. Nesse sentido, Thompson (2002, p. 19) argumenta “[...] o método da história oral possibilita o registro de reminiscências das memórias individuais; enfim, a reinterpretação do passado [...]”.

Trabalhar com memórias de professoras abriu um leque de possibilidades de pesquisa em fontes bibliográficas e documentais antes, pouco consultadas como livros

que contam a história da educação em Cajazeiras e documentos que retratam a criação de importantes escolas em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950.

Seguindo as pistas oferecidas pelas narradoras buscaram-se informações sobre o Grupo Escolar Monsenhor João Milanês no qual a professora Francisca estudou e que foi fundado em 1933, ofertando, inicialmente, o curso primário. Também foram obtidas informações sobre a Escola Técnica do Comércio fundada na década de 50 que oferecia o Curso de Contabilidade sendo que, posteriormente, esta escola veio a se transformar numa escola estadual de 1º e 2º graus ministrando cursos de ensino fundamental e médio. Outra escola pesquisada durante este estudo foi o Grupo Escolar Dom Moisés Coêlho, hoje, denominado Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho. Além disso, esta pesquisa possibilitou conhecer de maneira mais aprofundada a história do Colégio Padre Rolim, desde suas origens e sua evolução ao longo do tempo até os dias atuais quando passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Na fase de transcrição das narrativas foi possível traçar um perfil da história da leitura em Cajazeiras nas décadas de 1930 a 1950. A leitura em voz alta e silenciosa, os livros que estudaram na infância e na adolescência e a importância que atribuem à leitura constituem as experiências vivenciadas pelas professoras sobre a leitura.

Portanto, esta pesquisa fundamentada na metodologia da história oral usada para trazer à tona a memória por meio de narrativas das professoras, deu-lhes a possibilidades de dizerem suas histórias, suas experiências usando suas próprias palavras, pois como bem expressa Thompson (2002, p.337) “[...] A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras”. [...].

Finalmente, com este estudo buscou-se contribuir para a escrita da história da leitura em Cajazeiras, visto que durante a fase da pesquisa bibliográfica foi possível detectar a inexistência de obras relacionadas à temática, ou seja, sobre práticas de leitura em Cajazeiras.

Referências

ABREU, Márcia. Prefácio: Percursos da Leitura. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB e FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura) p.9-15

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2006. p.155 -202

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a alfabetização**: um estudo de Cartilha do povo e da cartilha Upa, cavalinho! São Paulo: UNESP, 2006.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Tradução Sérgio Goes de Paula. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **A Escola dos Annales** (1929 – 1989): a Revolução Francesa da historiografia. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.

CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da Leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 4 ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

_____, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988. p.13-28

_____, Roger. As revoluções da leitura no Ocidente. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, História e História da leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB e FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura). p.19-31

CUNHA, João Rolim da. **Colégio Nossa Senhora de Lourdes – Cajazeiras**. 1 ed. João Pessoa, PB: A União. 2000.

CUNHA, Maria Tereza dos Santos. **Biblioteca das Moças**: contos de fada ou contos de vida? Cadernos de Pesquisa. São Paulo, nº 85, p.54-62, maio/1993.

DARNTON, Robert. A leitura rousseauista e um leitor “comum” no século XVIII. In: CHARTIER, Roger. (Org.). **Práticas da Leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 4 ed. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009. p. 143 – 176.

_____, Robert. História da Leitura. In: BURKE, Peter (Org.) **A Escrita da História**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica). P. 199-236.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUEDES-PINTO, Ana Lúcia, GOMES, Geisa Genaro e DA SILVA, Leila Cristina Borges. **Memórias de leitura e Formação de professores**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2008. (Coleção Gêneros e Formação).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006. 29-111

KULESZA, Wojciech Andrzej. **O Currículo da Escola Normal: feito e tendências**. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/337WojciechKulesza.pdf>. Acesso em 06/09/2010

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A Formação da leitura no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2009. p.122-128

LEITÃO, Deusdedit. **O Educador dos Sertões: vida e obra de padre Inácio de Sousa Rolim**. Teresina: Gráfica Estado do Piauí Impressora e Editora, 1991 (Coleção "Documentos Sertão", Série Paraibana v.2)

LOPES, Eliana Marta Teixeira & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MAGALHÃES, Henrique. **O Tico-Tico: 100 anos de encantamento**. Disponível em: <http://www.universohq.com/quadrinhos/2005/ticotico.cfm>. Acesso em: 04 de março de 2010.

MARIZ, Celso. **Cidades e Homens**. Grafset, 1985 (Coleção IV Centenário).

MARTINS, Ângela Maria de Souza. **Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960)**. Disponível em: <http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php?journal=revistateias>. Acesso em: 06/09/2010.

MELO, José Baptista de. **Evolução do ensino na Paraíba**. 3 ed. João Pessoa: SEC/PB, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe B. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury.. In: **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós – Graduados em História. PUC – SP, nº 10, p. 7 – 28, Dez/1993,

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina (org.). **História e memória da Educação Nova**. São Paulo: Loyola, 2003.

OLIVEIRA, Stella Sanches de Oliveira. **A presença da disciplina escolar Língua Francesa na Legislação Educacional Secundária Brasileira: 1931-1942**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../A % 20 Presença%20 da %20 Disciplina% 20 Escolar %20 Língua%20 Francesa](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../A%20Presença%20da%20Disciplina%20Escolar%20Língua%20Francesa)>. Acesso em: 26 de maio de 2010.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

PIRES, Heliodoro. **Padre Mestre Inácio Rolim**: um trecho da colonização do Norte brasileiro e o Padre Inácio Rolim. 2 ed. Atualizada. Gráfica Estado do Piauí. Impressora e Editora Ltda. 1991. (Coleção "Documentos Sertanejos").

SANTOS, Luís Gonçalves dos. Memórias para servir à história do Reino do Brasil. In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A Formação da leitura no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2009. p. 123

SANTOS, Tatiana Medeiros. **Magistério em Declínio**: Histórias e Memórias de ex-alunas do Magistério do Colégio Nossa Senhora das Neves (1970). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: Paraíba, 2009.

STEPHANOU, Maria & BASTOS Maria Helena Câmara. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. (orgs.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Vol. III.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira da Educação**. nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

TORRES, Cláudia Regina Vaz & SANTOS, Marluse Arapiraca dos. A Educação da Mulher e sua vinculação ao Magistério. In: FAGUNDES, Tereza Cristina Pereira Carvalho (org.) **Ensaio sobre Gênero e Educação**. Salvador: UFBA, 2001. p.129-142. (Série UFBA em Campo; Estudos).

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 3 ed. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. Livros por toda parte: o ensino ativo e a racionalização da leitura nos anos de 1920 e 1930 no Brasil. In: ABREU, Márcia (org.) **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, ALB e FAPESP, 1999. (Coleção Histórias de Leitura). p.335-355

ZOTTI, Solange Aparecida. **O Ensino Secundário nas Reformas Francisco Campos e Gustavo Capanema**: um olhar sobre a organização do currículo escolar. Disponível em: <[http:// WWW.sbhe.org.br/](http://WWW.sbhe.org.br/) .../ Solange% 20 Aparecida % 20 Zotti % 20. Texto pdf.> Acesso em: 26 de maio de 2010.

Fontes Documentais

Decreto-lei nº 4. 244 de 09/04/1942 – Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Decreto-lei nº 6.141 de 28/12/1943 – Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Decreto-lei nº 8.530 de 02/01/1946 – Lei Orgânica do Ensino Normal.

Lei nº 4.024 de 20/12/1961 – Fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional.

APÊNDICE

Apêndice A

Roteiro para entrevista com as professoras

Nome: _____ Idade: _____
 Lugar de nascimento: _____
 Há quanto tempo mora em Cajazeiras _____
 Por quantos membros sua família é composta? Moram todos juntos? _____
 Qual a sua profissão _____
 Qual a sua formação escolar? _____
 Em que ano você concluiu sua graduação? _____
 Você tem algum curso de pós – graduação? _____
 Qual foi a instituição na qual você a concluiu? _____
 Há quantos anos você atua como professor? _____

Fale-me um pouco da escola na sua infância e adolescência

- 1) Com que idade você entrou na escola? Como era a escola? Onde se localizava? Ainda existe hoje?
- 2) Você já sabia ler?
- 3) Nessa época, tinha livro didático ou cartilha? Quantas vezes na semana era realizada a leitura na escola?
- 4) Como era esse livro ou essa cartilha?
- 5) Como você aprendeu a ler?
- 6) Quem ensinou você a ler?
- 7) Quantas pessoas tinha na sua família? Qual a ocupação de seus pais?
- 8) Quantas freqüentavam a escola?
- 9) Seus pais freqüentaram a escola?
- 10) Alguém de sua família lia para vc em sua infância?
- 11) Você lembra de alguém em sua casa que costumava ler? O que essa pessoa lia?
- 12) Você é capaz de citar um livro que lhe marcou na infância?
- 13) Você guarda algum dos livros que leu na infância?
- 14) Que livros você lia na escola?
- 15) Na sua adolescência, como a escola trabalhava a leitura?
- 16) Há algum livro que você considera marcante na sua adolescência? Qual?
- 17) Ainda tem esse livro?
- 18) Como vc lia? Em voz alta? Silenciosamente?
- 19) Em que lugares vc gostava de estar para realizar leitura?
- 20) Havia em sua casa outras pessoas que gostavam de ler? Quem?
- 21) Você costumava falar sobre as leituras que fazia com alguém?
- 22) Alguma pessoa lhe sugeria leitura?
- 23) Como você conseguia livros?
- 24) Que tipos de livros você lia?
- 25) Havia alguma leitura/livro que era proibido? Que livro? Quem proibia?
- 26) Além de livros, que outros materiais você lia?
- 27) Que sentimentos a leitura lhe desperta

Fale sobre a importância da leitura durante sua formação docente.

- 1) Que tipo de leitura você realizou com mais frequência e intensidade?
- 2) Sempre lia o que era orientado pelos professores?
- 3) Fazia leituras além das recomendadas pelos professores?
- 4) Que tipos de leitura, de obras, você costumava ler?
Houve alguma mudança no seu gosto de leitor durante essa fase?
- 6) Se sim, a que você atribui isso?
- 7) Você fez alguma releitura durante esse período (leitura realizada em outro período da vida)?

Fale sobre o papel e o espaço que a leitura ocupa hoje em sua vida

- 1) Você gosta de ler? O quê? Livros? Revistas? Jornais?
- 2) Que livros você lê?
- 3) Com que frequência você lê?
- 4) Como você lê? Em voz alta? Silenciosamente? Deitado(a)? Sentado(?) Ouvindo música?
- 5) Você tem muitos livros?
- 6) Que livros você considera inesquecíveis? Por quê? Você tem esses livros?
- 7) Como faz hoje para conseguir livros?
- 8) Além da leitura de livros que outras leituras você costuma fazer?
- 9) Você costuma ganhar livros de presente? Você dá livros de presentes?
- 10) Você gosta de ler para outras pessoas ouvirem?
- 11) Para você quem é responsável por formar o leitor?
- 12) Você acha que as pessoas hoje lêem mais ou menos do que antes? Por quê?
- 13) Você acha que a leitura é importante na vida das pessoas? Por quê?
- 14) Você já recomendou algum livro para alguém? Qual? Por quê?
- 15) Qual a importância da leitura em sua profissão? Você acha que a leitura lhe ajudou em algum aspecto de sua vida? Qual?
- 16) Por que você acha que Cajazeiras é conhecida como a cidade que ensinou a Paraíba a ler? Você concorda com isso? Essa afirmação continua válida ainda hoje? Por quê?
- 17) Que espaços de leitura (biblioteca ou outros) você conhece aqui em Cajazeiras?
- 18) Você conhece outras pessoas que gostem de ler tanto quanto você?

Fique à vontade para fazer qualquer comentário.

Obrigada.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada Senhora

Esta pesquisa é sobre Práticas de Leitura em Cajazeiras (1930 – 1950): Memórias de ex - professoras e está sendo desenvolvida por Simone Formiga Albuquerque, aluna do Curso de Mestrado da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da Prof^a Dra Maria Lúcia da Silva Nunes.

Os objetivos do estudo são caracterizar as práticas de leitura em Cajazeiras, identificar os modos de ler e os materiais de leitura lidos no período de 1930 a 1950 e revelar as memórias de ex - professoras a fim de conhecer o que pensam sobre leitura, seus modos de ler e qual significado elas atribuíam e ainda atribuem à leitura no seu cotidiano e na sua formação docente.

A finalidade deste trabalho é contribuir para a compreensão da história da leitura em Cajazeiras.

Solicitamos a sua colaboração para a realização dessa entrevista como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, a senhora não é obrigada a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Fonte: Página do PPGE

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do (a) Entrevistado (a)

Continuação do anexo A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Fonte: Página do PPGE



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MONSENHOR JOÃO MILANÊS

Breve histórico da EEEF. Mons. João Milanês

Situada a Praça Dom Adauto S/N, Centro Cajazeiras Paraíba.

No dia 09 /03/1933; o então interventor da Paraíba Gratuliano de Brito, através do decreto 369, cria a primeira Escola Pública da cidade de Cajazeiras, denominada Grupo escolar João Milanês, que além de Padre deu grande contribuição a educação ao Dirigir algumas escolas no Rio Grande Norte e na Paraíba. Faleceu Em João Pessoa 12/01/1930.

Ao iniciar suas atividades escolares, o grupo João Milanês, foi O grande orgulho da sociedade, dava-se o primeiro passo Público para erradicação do analfabetismo em nossa cidade. Passou por momentos fáceis e difíceis, mas sempre tendo bom êxito. Por aqui passaram vários administradores que deixaram marcas do seu desempenho.

A partir do ano de 2002, foi introduzido nesta escola a segunda fase do ensino fundamental e no ano de 2008, ficou registrado. a saída da 4ª turma concluinte do 9º ano.

Escola consta : sala de Entrada, 01 Rol, Secretaria, sala de Computadores, 02 Banheiros, 01 Cantina, Pátios entrada e Saída, 06 Salas de Aula.

Atualmente a escola denomina-se EEEF Mons. João Milanês, Funciona nos Turnos Manhã e Tarde, no turno da Manhã funciona da 5ª ano ao 9º ano, no turno da tarde do 6º ao 9º Ano.

Anexo B: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês (antigo Grupo Escolar Mons. João Milanês).

Fonte: Direção da Escola

A escola consta com cerca de 222 Alunos, seu corpo docente é formado por 14 professores, 09 Funcionários de apoio, o corpo diretivo é formado pela Gestora Maria de Fátima Lopes Pedrosa, e pela secretária Irene Vieira Lins.

Continuação do anexo B: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Mons. João Milanês (antigo Grupo Escolar Mons. João Milanês).
Fonte: Direção da Escola

ASPECTOS FÍSICOS: O terreno no qual foi construída a Escola é um pouco acidentado, mas possui uma boa estrutura, não impedindo a conservação de seu interior, o jardim.

No ano de 1950 quando esta escola foi construída essa área era pouco habitada. No entanto, com o passar dos anos e com o desenvolvimento da cidade, hoje a escola está situada no centro da cidade.

Essa Escola já passou por quatro reformas nos anos de 1973, 1982 e 1987. Brevemente a escola passará por mais uma reforma.

DIRETORES: O primeiro mandato de direção desta Escola foi entregue a professora Angelina Tavares de Melo, que ficou no cargo durante 11 anos (1951 a 1962), foi sucedida por D. Elzenir Batista dos Anjos. Em seguida assumiram a direção desta Escola a professora Nancy Gonçalves, a professora Lindalva Claudino, a professora Mariberte Vieira Moura, a professora Maria Eladir Venceslan Silva Almeida, o professor Geraldo Mangueira de Aquino, que foi sucedido pela professora Mariberte Vieira Moura a qual assume a direção da Escola pela segunda vez. Em seguida veio o professor José Risomar da Silva. Vale salientar que os três últimos diretores foram escolhidos através do processo de eleição direta. Por sua vez veio a professora Maria de Lúcia Silva Almeida, a professora Sefora César Lira, a professora Maria Marlene de Melo Gonçalves e atualmente a professora Edna Elba Alexandre de Caldas.

O Grupo escolar D. Moisés Coelho serviu de abrigo a várias escolas Cajazeirense entre elas: O Colégio Estadual de Cajazeiras, o Ginásio Professor Hidelbrando Leal e Escola de Supletivo Noturnas.

No ano de 1978 foi autorizado o funcionamento da 2ª fase do 1º Grau pelo Decreto nº 7.571/78, tendo sido iniciado o funcionamento com turmas de 5ª e 6ª séries.

Em 1980 colocou grau a 1ª turma concluinte da 8ª série da Escola Estadual de 1º Grau D. Moisés Coelho.

A nossa Escola atende a comunidade escolar dos bairros de Capoeiras e Esperança. No entanto, existe uma grande procura por parte de outros setores da cidade. Isso deve-se ao fato, de que nos últimos anos, era a única Escola a oferecer a 2ª fase do 1º grau (turmas de 5ª a 8ª séries), no turno da noite.

HISTÓRICO

ESCOLA EST. DE ENS. FUND. DOM MOISÉS COELHO

FUNDAÇÃO: A construção deste Estabelecimento de Ensino, foi iniciada no governo Osvaldo Trigueiro e concluída na administração do governador José Targino em 1950.

O grupo Escolar D. Moisés Coelho foi fundado em 21 de Janeiro de 1951, funcionando inicialmente com turmas de 1ª a 4ª séries.

HOMENAGEM: Recebeu esse nome em homenagem ao 1º bispo de Cajazeiras, D. Moisés Coelho que nasceu no dia 08 de abril de 1877, razão pela qual, foi escolhida essa data para ser comemorado o dia do nosso colégio. Moisés Sezinando Coelho nasceu no Sítio Riachuelo bem próximo da cidade de Cajazeiras. Da infância de D. Moisés pouco se sabe, apenas que ele foi fiel à rígida formação recebida dos pais e que desde cedo sentiu a inclinação para o ministério sacerdotal.

Em 1894, matriculou-se no Seminário de Olinda onde dois meses depois, transferiu-se para o Seminário da Paraíba.

Recebeu a batina em 1895. Em 06 de novembro de 1898, recebia ordens menores. Sub-diácono, em 03 de julho de 1900 e Diácono a 04 de novembro do mesmo ano. Foi ordenado padre no dia 1º de novembro de 1901, na Catedral de Nossa Senhora das Neves, pelo bispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henrique.

Em 16 de novembro de 1914 o Santo Padre Bento XV assinava as Letras Apostólicas, que elegiam o primeiro bispo de Cajazeiras, na pessoa do Cônego Moisés Sezinando Coelho.

No plano material, deve-se a D. Moisés a introdução de diversos melhoramentos na Catedral e no Colégio Padre Rolim, a construção da Residência Episcopal e a organização da Secretaria e Cúria Diocesana.

Em 1932, D. Moisés foi desligado da Igreja Católica de Cajazeiras pelo Papa Pio XI e nomeado como Arcebispo Coadjutor de D. Adauto na Arquidiocese da Paraíba, onde passou a morar no antigo Mosteiro de São Bento.

Com a morte de D. Adauto, em 1935, D. Moisés torna-se Arcebispo Metropolitano da Paraíba.

D. Moisés faleceu no dia 18 de Abril de 1957, aos 82 anos de idade.

DIRETORES: Desde a sua fundação, já passaram pela direção desta Escola excelentes profissionais que com trabalho, esforço e dedicação contribuíram de forma significativa para o seu engrandecimento.

-Angelina Tavares de Melo	1951/1962
-Elzeni Batista dos Anjos	1962/1963
-Nancy Gonçalves	1964/1968
-Lindaiva Claudino Martins	1968/1984
-Mariberte Vieira Moura	1983/1987
-Maria Eladir Vencoslau	1987/1991
-Geraldo Mangueira de Aquino	1991/1993
-José Risomar da Silva	1996/1998
-Maria de Lúcia Silva Almeida	1998/2000
-Sefora César Lira	Fev/2001
-Maria Marlene de Melo Gonçalves	Maio/2003
-Edna Elza Alexandre de Caldas	Julho/2005

Handwritten notes:
 - 1984/1987 - *Elzeni Batista dos Anjos*
 - 1987/1991 - *Maria Eladir Vencoslau*
 - 1991/1993 - *Geraldo Mangueira de Aquino*
 - 1996/1998 - *José Risomar da Silva*
 - 1998/2000 - *Maria de Lúcia Silva Almeida*
 - 2000/2001 - *Sefora César Lira*
 - 2001/2003 - *Maria Marlene de Melo Gonçalves*
 - 2003/2005 - *Edna Elza Alexandre de Caldas*

BIOGRAFIA DE D. MOISÉS COELHO

MOISÉS SIZENANDO COELHO, era filho de Raimundo Sizenando Coelho e Maria Lourenço de Circunsição Vieira, nasceu no sítio "Riachuelo" bem próximo da cidade de Cajazeiras, no dia 08 do mês de abril de 1877.

Da infância de D. Moisés pouco se sabe, apenas que ele foi fiel à rígida formação recebida dos pais e orientado pelos exemplos do virtuoso parente Padre Rolim. Sentiu desde cedo, a inclinação para o ministério sacerdotal.

Após a primeira comunhão que recebeu das mãos do Padre Rolim, concluiu o primeiro curso, seguindo com a idade de 16 anos ao encontro do seu irmão Padre Sabino Coelho, então Vigário de São Lourenço da Mata (Pernambuco), com quem iniciou os seus estudos de Latim.

Em Maio de 1894, matriculou-se no Seminário de Olinda, onde dois meses depois, transferiu-se para o Seminário da Paraíba.

Recebeu a batina em 1895. A 14 de Novembro de 1897, foi crismado, tendo por padrinho o Cônego Santino Coutinho. No mesmo dia era iniciado na clericatura, recebendo a Primeira Tonsura.

Em 06 de Novembro de 1898, recebia Ordens Menores. Subdiácono, em 03 de julho de 1900 e Diácono a 04 de novembro do mesmo ano. Foi ordenado padre no dia 1º de novembro de 1901, na Catedral de Nossa Senhora das Neves, pelo bispo da Paraíba, D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques.

Submisso à vontade divina seguiu para o Estado do Rio Grande do Norte onde de 1902 a 1904 foi Capelão das Irmãs Dorotéias e Vice-Diretor do Colégio Santo Antônio em Natal.

Em 1904, exerceu a cura d'almas, tomando-se Vigário de Ceará-mirim onde passou apenas um ano.

Chamado à Capital Paraibana, aceitou a Diretoria Espiritual do Seminário Diocesano onde foi professor de Latimidade, Liturgia, Teologia Pastoral e Direito Canônico.

Em 20 de Maio de 1912, foi o Cônego Moisés elevado a 2º Presbítero do Cabido, registrando-se ainda que, em outras funções, exerceu na Capital Paraibana, as de Vice-Diretor Diocesano do Apostolado da Oração, Diretor da Liga Eucarística Sacerdotal, Redator e eventual Diretor de A Imprensa.

Em 16 de Novembro de 1914 o Santo Padre Bento XV assinava as Letras Apostólicas que elegiam o primeiro Bispo de Cajazeiras, na pessoa do CÔNEGO MOISÉS SIZENANDO COELHO.

Seguiram-se os preparativos para a solene cerimônia da Sagração. Entre as insígnias episcopais, recebeu o futuro Bispo um estimável valor histórico- rica cruz peitoral de ouro, com pedras preciosas. Foi presente de Sua Eminência, o Sr Cardeal Joaquim Arcoverde Cavalcanti de Albuquerque. Hoje aquela jóia pertence ao patrimônio da Diocese e encontra-se com o atual Bispo D. José Gonzáles.

Continuação do anexo C: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coelho (antigo Grupo Escolar Dom Moisés Coelho).

DIA OFICIAL DO COLÉGIO COMERCIAL

RESUMO HISTÓRICO

O Dia Oficial do nosso Colégio foi criado por uma proposição do Diretor deste estabelecimento de ensino determinando sua comemoração na última sexta-feira do mês de outubro. Nesta ano de 1977, a última sexta-feira de outubro coincidiu com o penúltimo dia da semana dos Jogos Olímpicos realizados pelos alunos dos diversos Colégios da nossa cidade. Por esse motivo foi transferida a comemoração do Dia Oficial do Colégio Comercial, este ano, para o dia de hoje, sexta-feira, 4 de novembro.

Em homenagem ao transcurso desta efeméride, é bom que se faça para conhecimento de nossos alunos, um resumo histórico da fundação deste estabelecimento de ensino.

O Colégio Comercial Municipal Monsenhor Constantino Vieira foi fundado no dia 2 de dezembro de 1951, sob a denominação de: ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA. A solenidade da fundação da Escola Técnica de Comércio contou com a presença das mais destacadas personalidades do mundo social, econômico e cultural de Cajazeiras, e teve lugar em um dos salões do Grupo Escolar Dom Moisés Coelho, que ficou servindo, provisoriamente, como sede da Escola Técnica de Comércio.

Sua primeira Diretoria ficou constituída pelos Professores: Dr. Manuel Ferreira de Andrade Júnior - Diretor; Dr. Cristiano Cartaxo - Vice-Diretor; Professor José Pereira de Sousa - Secretário.

Os idealizadores e fundadores da Escola Técnica de Comércio, desta cidade, foram: Dr. Otacílio Jurema, então Prefeito Municipal e o Professor Afonso Pereira da Silva, ilustre e renomado educador paraibano.

Como homenagem à memória do saudoso Mestre e insigne educador Monsenhor Constantino Vieira, os fundadores da Escola Técnica de Comércio escolheram o nome daquele ilustre e saudoso Sacerdote como Patrono do novo estabelecimento de ensino.

Em março de 1952, teve início o funcionamento da Escola Técnica de Comércio. Em 1955, no fim do ano letivo, a Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira conferiu Diploma de Técnico Em Contabilidade à 1ª Turma de Tecnolandos da nossa cidade.

Anexo D: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira (antiga Escola Técnica de Comércio que foi denominada por muitos anos de Colégio Comercial).

Fonte: Direção da Escola.

Com a mudança da Agência dos Correios e Telégrafos do antigo Prédio do DNOCs, para sua sede própria, o Dr. Otacílio Jurema conseguiu do Governo Federal a devida autorização para instalar, naquele imóvel público, a Escola Técnica de Comércio, pelo que providenciou sua transferência do Dom Moisés para a antiga sede dos Correios e Telégrafos.

O Dr. Otacílio Jurema vinha pleiteando, através da Câmara dos Deputados, a doação daquele prédio de propriedade do Ministério da Aviação e Obras Públicas à Escola Técnica de Comércio Monsenhor Constantino Vieira.

Ao tempo do Regime Parlamentarista, em 1962, o Primeiro Ministro, Tancredo Neves, Chefe do Governo, por meio de instrumento legal, fez a doação daquele imóvel, antiga sede do DNOCs, nesta cidade, à própria Escola Técnica, que, após legalizar a documentação de posse, tornou-se proprietária do aludido imóvel, assumindo, por intermédio de sua Diretoria, inteira responsabilidade perante as Leis do País, pelo ativo e passivo da referida propriedade.

Posteriormente, em consequência da reforma do Ensino, em dezembro de 1961, a Escola Técnica de Comércio que funcionava mantendo os Cursos de 1ª e 2ª Ciclos, foi enquadrada no novo sistema educacional do País e passou à denominação de: COLÉGIO COMERCIAL MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA.

Em 1966, o então Prefeito Francisco Votica Bolim, através da Lei nº 137, de 23 de fevereiro de 1966, aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Executivo municipal, anexou o Colégio Comercial, que passou para o domínio do Município com a denominação: Colégio Comercial ~~MUNICIPAL~~ Monsenhor Constantino Vieira.

Ao tempo da administração do 2º Diretor do Colégio Comercial, Dr. João Izidro Pereira, foi iniciada a reforma do prédio, em cujo projeto foram incluído o pavimento superior. O Dr. João Izidro construiu o pavilhão interno, lado leste, com 6 salas de aula, sendo 3 no andar térreo e 3 no andar superior. Na administração do 1º Diretor, Monsenhor Vicente Freitas, foi revisado o projeto de reconstrução do Colégio, inclusive a ampliação do pavilhão leste, e construção do pavilhão da fachada principal, aproveitando o declive do terreno, ficaria com 3 pavimentos, um

= 3 =

O então Prefeito Dr. Eutácio Leite Rolim, auxiliado pela Diretora Professora Angelina Xavier, que substituiu o Monsenhor Vicente Freitas na Direção do Colégio, presseguiu os serviços da reforma da construção, em fase de acabamento e, após a conclusão, procedeu as instalações de suas dependências, efetuando, antes do término do seu mandato, a inauguração solene do novo e imponente edifício do Colégio Comercial Municipal Monsenhor Constantino Vieira, que é, sem exagero, um dos mais modernos prédios de nossa cidade.

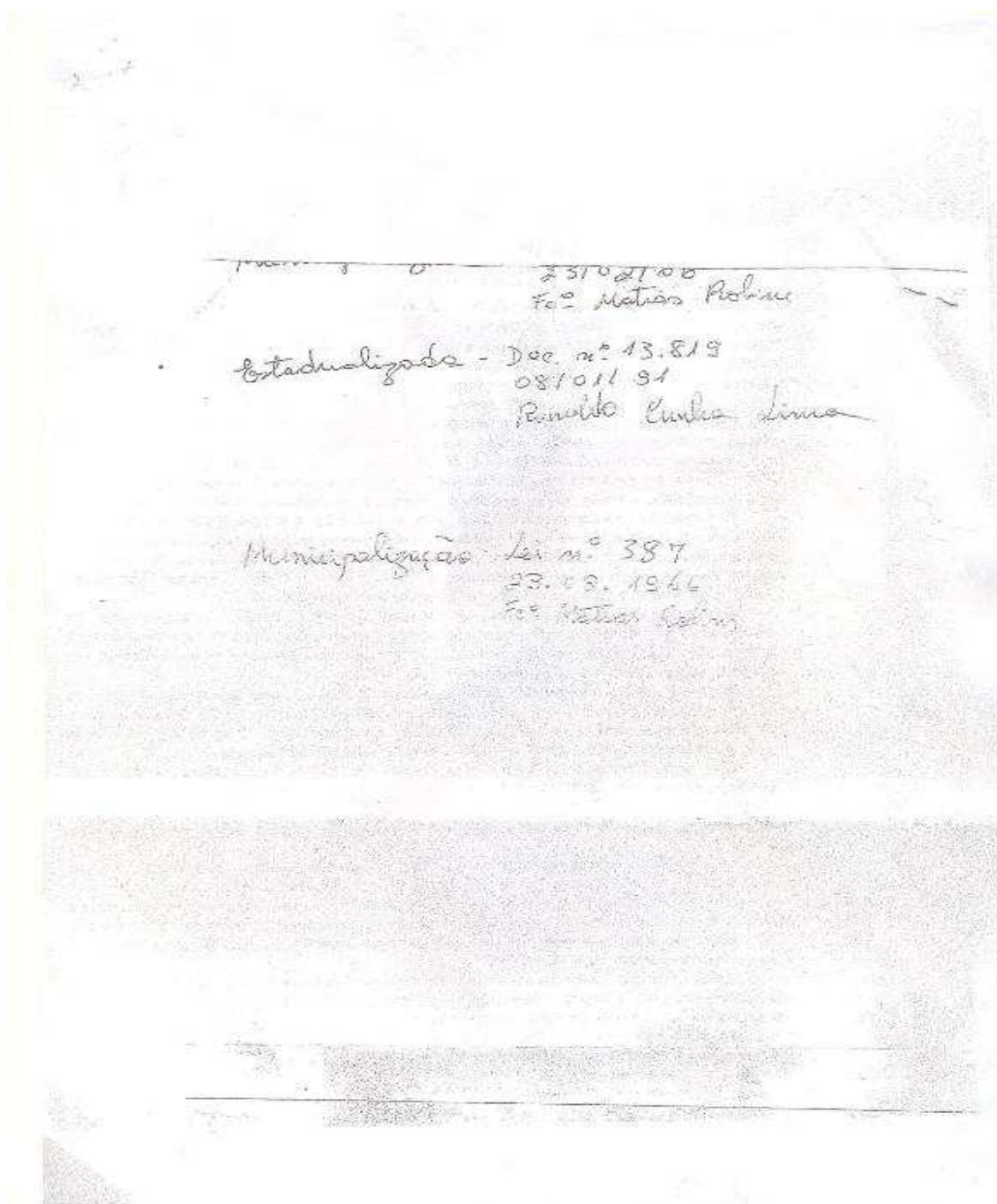
É bom salientar que a parte interna do Colégio ou seja o pavilhão do lado oeste, ainda não está construída, achando-se a base dos respectivos alvarões preparada para receber o levantamento da construção da alvaria do referido pavilhão que completará, definitivamente a edificação do prédio deste Colégio.

O atual Diretor do Colégio Comercial é o jovem Professor Armando Idalberto Pessoa, que tem demonstrado receber capacidade e eficiência para o desempenho da função. Sua administração merece elevada destaque pela sua atuação realizando importantes melhoramentos em todos os setores das diversas dependências internas e externas do Colégio, inclusive construção de quadras esportivas, aparelhamentos para o Centro Esportivo de Educação Física, para a Banda Municipal, para a Cozinha da Merenda Escolar, material didático para as diversas disciplinas das Cursadas de 1ª e 2ª Turmas, bem como reforma completa do sistema interno das instalações de luz e energia elétrica, além do revestimento das paredes do grande salão de entrada e do corredor da alpendrada do pavilhão interno com ladrilhos de azulejo, desenhados, dando um aspecto luxuoso, causando boa impressão.

Concluindo este resumo histórico, quero lembrar que neste ano de 1977, no dia 2 de dezembro, este Colégio Comercial completa 26 anos de existência e, no dia 10, vai conferir Diploma de Técnico em Contabilidade à 23ª Turma de Tecnolandos.

Gojaceiras, 4 de novembro de 1977.

Antônio José de Sousa



Continuação do anexo D: Histórico da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Monsenhor Constantino Vieira (antiga Escola Técnica de Comércio que foi denominada por muitos anos de Colégio Comercial).

LEI Nº. 434 – de 13 de novembro de 1916.

Autoriza o Presidente do Estado a equiparar á Escola Normal o "Colégio Padre Rolim," sito na cidade de Cajazeiras.

22

JOÃO ROLIM DA CUNHA

Doutor Francisco Camilo de Holanda, presidente do Estado da Paraíba:

Faço saber o todos seus habitantes que a Assembléia Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art.1º-Fica o Presidente do Estado autorizado a equiparar á Escola Normal o "Colégio Padre Rolim" sito na cidade de Cajazeiras, mediante as condições especificadas nos artigos seguintes.

Art.2º-O aludido Colégio ministrará o ensino de acordo com os regulamentos, programas e métodos da Escola Normal.

Art.3º- O mesmo estabelecimento será fiscalizado por pessoa idônea e de reconhecida aptidão, livremente escolhida e nomeada pelo presidente do Estado.

Art.4º- Este fiscal enviará, de quatro em quatro meses um relatório minucioso ao governo, no qual comunicará todas as suas observações relativamente à regularidade dos trabalhos letivos, à sua eficácia pedagógica, observância dos regulamentos, programas e métodos, habilitação do pessoal administrativo e docente.

Art.5º-O fiscal perceberá os vencimentos de 2:400\$000 anuais, sendo o Colégio obrigado a recolher, adiantadamente, de seis em seis meses, à Mesa de Rendas da cidade de Cajazeiras a quota de fiscalização.

Art.6º- Sancionada esta lei, poderá o governo nomear o fiscal, mais a equiparação definitiva só terá lugar um ano depois de iniciada a fiscalização, tendo os diplomas conferidos pelo Colégio depois da data de sua equiparação definitiva as mesmas prerrogativas dos conferidos pela Escola Normal desta Capital.

Anexo E: Lei 434 – Equiparação do Colégio Padre Rolim à Escola Normal.

Fonte: Livro Colégio Nossa de Lourdes – autor: João Rolim da Cunha

Art.7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Palácio do Governo do Estado da Paraíba, em 13 de novembro de 1916, 28º da proclamação da Republica

Doutor Francisco Camilo de Holanda
Presidente

*Foi publicada nesta Secretaria de Estado em 13/11/16 O diretor geral servindo de secretário (a)
José Bezerra Cavalcanti de Albuquerque.*

Continuação do anexo E: Lei 434 – Equiparação do Colégio Padre Rolim à Escola Normal.
Fonte: Livro Colégio Nossa de Lourdes – autor: João Rolim da Cunha